



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 101ª
(CENTÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wasny de Roure a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas, tendo em vista que os senhores Deputados receberam as matérias em seus respectivos gabinetes.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 97ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 98ª Sessão Ordinária;
- Ata da 99ª Sessão Ordinária;
- Ata da 31ª Sessão Extraordinária.

Esta Presidência retifica a leitura do expediente da sessão ordinária do dia 27 de outubro de 2015. Retificações: Em vez de três requerimentos de autoria da Deputada Telma Rufino, considerem-se lidos dois requerimentos; em vez de um requerimento de autoria do Deputado Robério Negreiros, considere-se lido um requerimento de autoria dos Deputados Robério Negreiros e Cristiano Araújo.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, pelo Bloco Força do Trabalho, por cinco minutos.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Delmasso, Sras. e Srs. Deputados, o assunto que eu trago hoje à tribuna trata-se de uma segregação, Deputado Ricardo Vale, que foi feita em 2013, quando várias categorias da área de saúde tiveram reajuste salarial devido a uma reestruturação da carreira, e ficaram de fora as carreiras de enfermeiro e de especialista em saúde da Secretaria de Saúde. No final de outubro, protocolei, nesta Casa, uma indicação com anexo a um anteprojeto para que o Poder Executivo apresente um projeto de lei reestruturando as carreiras de vencimentos dos enfermeiros e dos especialistas em saúde da Secretaria de Saúde. Ao todo, temos hoje aqui no Distrito Federal 3.300 especialistas em saúde e 4.000 enfermeiros. Tal proposta tem o objetivo de garantir os direitos básicos dessas categorias, regulamentando o piso salarial proporcional, Deputado Prof. Israel, à complexidade do trabalho desenvolvido pelos servidores. Tanto os enfermeiros quanto os especialistas em saúde sofreram uma grande injustiça na reestruturação feita em 2013, se levarmos em conta a categoria dos odontólogos. Só para que tenham ideia da disparidade, o salário inicial do dentista, com quarenta horas semanais, é igual ao salário do enfermeiro em final de carreira. Ora, eu gostaria de registrar que não estou aqui para fazer qualquer crítica ao salário dos odontólogos, mas para mostrar que o enfermeiro e o especialista em saúde, assim como os demais servidores da saúde, são importantes protagonistas do sistema de saúde e que, portanto, essa disparidade não pode ser aceita. Conforme já estabelecido em lei, a carreira de assistência pública à saúde engloba o cargo de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

especialista em saúde, com exigência de diploma de curso superior e com formação específica.

Sabemos, Deputado Wellington Luiz, que a situação atual da saúde pública no Brasil é bastante complexa. Conquanto nossa Lei Maior garanta os direitos fundamentais, por outro lado a realidade é estarrecedora, com oferta do serviço que não é suficiente para a demanda existente. Sabemos que a qualidade do serviço vem piorando a cada década e é um dos mais graves problemas sociais do País. Essa situação nos leva a uma série de indagações, como: o aumento populacional, o empobrecimento da população, a diminuição dos investimentos da União e a própria falta de interesse político. Tudo isso somado mostra que as principais vítimas da falta de assistência são os mais humildes, Deputado Prof. Israel, que não possuem condições de pagar um plano de saúde.

O problema da saúde pública tem aumentado a cada dia, e algo precisa ser feito com urgência. Isso é um fato. E a iniciativa para reverter essa situação caótica passa pela valorização dos enfermeiros e dos especialistas em saúde, profissionais qualificados de nível superior, e também de todos profissionais da saúde. Quando falamos em profissionais da saúde, estamos falando em psicólogos, nutricionistas, médicos, assistentes sociais, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, enfim, todos profissionais que atuam na área da saúde. Assistir os pacientes, monitorar o progresso e os resultados desejados, desenvolver o plano de cuidados interdisciplinares e aprimorar a qualidade e a segurança, bem como assistir pacientes e membros da equipe são responsabilidades desses servidores da saúde, que merecem ser valorizados.

A enfermagem envolve o ensino, a pesquisa, a participação na formulação das políticas e gestão de sistemas de saúde. Eles não são meros seguidores de ordens. A eles compete orquestrar a complexa cadeia de elementos e recursos necessários para que o sistema ofereça bem-estar e qualidade de vida aos seres humanos.

Acredito, senhoras e senhores Deputados, ser justa a reivindicação desses profissionais da saúde, com a equiparação salarial com os odontólogos, corrigindo a injustiça que foi cometida em 2013, deixando a categoria com uma defasagem de 38% em referência aos dentistas. Já fiz esse apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg, e hoje faço aos nobres Deputados. Deputado Rodrigo Delmasso, precisamos fazer essa correção. Houve – por algum equívoco, por alguma desinformação ou até mesmo por picuinhas pequenas – a segregação na reestruturação da carreira de saúde, quando deixaram de fora os enfermeiros e os especialistas em saúde. (Palmas.) Não podemos conviver com essa disparidade.

Apresentei uma indicação à Casa com um anteprojeto e vou fazer esforços junto ao Executivo – peço a esta Casa que faça o mesmo – para que o Governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Rollemborg corrija essa injustiça com os enfermeiros e com os especialistas em saúde.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, quero me associar a V.Exa. No ano passado, tivemos oportunidade de acompanhar bastante o debate concernente à questão dos especialistas em saúde. Realmente, há um anseio pelo tratamento isonômico com os odontólogos. V.Exa. tem o nosso apoio. V.Exa. hoje exerce uma liderança junto ao Governo Rollemborg, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e desfruta de uma relação próxima ao Governador. Então, eu acredito que, se há um Deputado hoje que tem grandes condições de dialogar com o governo e convencer as autoridades do GDF, é V.Exa. Conte com meu modesto apoio. Estou aqui para ombrear-me com V.Exa. e ajudar a construir solução para esse problema.

Muito obrigado, Deputado, e parabéns pelo pronunciamento.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço e incorporo o aparte de V.Exa. Eu não podia esperar outra coisa do Deputado Wasny de Roure, um homem que foi forjado na luta sindical, principalmente combatendo as injustiças que, às vezes, a estrutura de governo comete com algumas categorias.

Quero dizer que nós vamos fazer esse trabalho árduo junto ao governo, no sentido de corrigirmos essa injustiça que foi praticada. Ainda não sabemos bem o que aconteceu.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. é Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa e traz um pleito dos mais justos. A verdade é que, dentro da saúde – a verdade seja dita –, os especialistas de saúde e os enfermeiros estão numa chamada Faixa de Gaza. De um lado estão os médicos; de outro lado, as categorias; no meio estão os enfermeiros e os especialistas, geralmente discriminados por todos os lados. (Palmas.)

Nós sabemos que nos hospitais – eu conheço a rede pública de saúde do Distrito Federal e também a rede privada – o socorro mais rápido que chega para a gente é o das enfermeiras, dos enfermeiros. (Palmas.) Muitas vezes, quando o paciente está numa situação extrema, antes do médico, o enfermeiro já está ali prestando assistência e ajudando a salvar vidas. Portanto, é realmente uma categoria valorizada pela sua combatividade, pela sua dedicação, mas que precisa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

ser valorizada pelo Estado brasileiro e ter o reconhecimento do trabalho fundamental que eles desenvolvem.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. tem meu apoio nesse pleito, para que os enfermeiros consigam essa equiparação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Chico Vigilante, agradeço e incorporo o pronunciamento de V.Exa.

Peço tolerância ao nobre Presidente, Deputado Rodrigo Delmasso, em decorrência dos apartes. Os Deputados estão chegando ao plenário. Portanto, eu tenho um pouquinho de tempo e queria a compreensão de V.Exa.

Deputado Chico Vigilante, eu não poderia esperar outra posição de V.Exa., que tem se posicionado sempre em favor das categorias, principalmente pelo perfil profissiográfico, pela importância e pela relevância que têm as categorias de enfermeiro e especialista de saúde.

Portanto, eu agradeço e incorporo o aparte ao meu pronunciamento.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, cumprimento V.Exa. pelo pronunciamento. V.Exa. trata de uma questão muito moderna da saúde no mundo inteiro: a ascensão de uma saúde multidisciplinar. (Palmas.)

Nós temos hoje o modelo médico-centrado. Esse modelo já provou não ser mais adequado para as novas demandas que a saúde tem feito. É preciso valorizar o enfermeiro, a equipe multidisciplinar, porque isso condiz com a medicina e com a saúde moderna. (Palmas.)

Parabéns, Deputado Agaciel Maia! Parabéns à categoria que está nessa luta!

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Agaciel Maia, eu o parabenizo pelo discurso. V.Exa. pode contar comigo na luta para a implantação da isonomia dos agentes de saúde, enfermeiros, odontólogos, nutrólogos, todos aqueles que não são médicos dentro da Secretaria de Saúde, mas, na realidade, exercem um trabalho exemplar dentro da Secretaria de Saúde. Acredito que há grande injustiça quando não existe essa paridade, e existe essa diferença criada, infelizmente, pelo próprio Estado. Acabam criando categorias de níveis diferentes, de tratamento diferenciado, sendo que a saúde, o processo de saúde é um complemento. Para que a saúde venha ter sucesso, existe ali um trabalho em equipe, e não se pode exigir um trabalho em equipe se existe disparidade de tratamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Deputado Agaciel Maia, não só conte com meu apoio, mas com o meu trabalho referente a lutar para que essas categorias possam ter um tratamento isonômico na rede pública do Distrito Federal. Ainda digo mais: que Brasília possa servir de exemplo, para o Brasil, de como tratar as carreiras da saúde pública.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Apenas para encerrar, Sr. Presidente, fica essa leitura para o nosso Governador Rodrigo Rollemberg. Nós tivemos apartes de apoio de quatro líderes partidários que, somados com seus liderados, já dá maioria na votação. Ou seja, o Governador Rodrigo Rollemberg está sabendo que, se depender da Câmara Legislativa, o projeto de vocês de equiparação salarial será aprovado em tempo recorde.

Parabéns a vocês, e obrigado pela presença.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Meu Líder de bloco, Deputado Agaciel Maia, eu gostaria de merecer a deferência de um aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – É uma honra conceder aparte a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu quero aproveitar que V.Exa. está abordando a questão da área de saúde dentro de um pleito justo, que todos nós conhecemos. Certamente liderado por V.Exa., nosso voto já é conhecido e é semelhante ao de V.Exa. Eu quero registrar aqui a presença dos estudantes de medicina e também de enfermagem da Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal. Eles estão aqui e trouxeram uma situação, que me parece apenas uma questão de bom senso que precisa ser tomada de imediato para que não se gerem problemas que nós não precisamos ter. Ou seja, nós temos hoje 130 médicos lá na Escola de Saúde e esses 130 médicos cumprem, na verdade, quarenta horas, sendo vinte horas na Secretaria de Saúde e vinte na Escola de Saúde. Tanto o Ministério Público de Contas quanto o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios fizeram uma recomendação à Secretaria de Saúde no sentido de retornar esses médicos, como se eles não estivessem exercendo a medicina ao se aplicarem no magistério. Afinal de contas, eles estão lá na escola porque passaram por um concurso interno. Uma escola visa exatamente preparar os novos profissionais da saúde. Então, não faz sentido que o Ministério Público do Distrito Federal faça uma recomendação como essa. Por isso, eu gostaria que esta Casa fizesse uma recomendação à Secretaria de Saúde em que agradecesse a recomendação do Ministério Público, mas explicasse que não é possível adotar essa providência sugerida porque, caso faça isso, nós iremos praticamente paralisar uma escola que prepara os profissionais da saúde que vão atender a população. Mais ainda, não será o retorno de 130 médicos que vai resolver o problema da saúde. Nós temos muitos médicos que estão cedidos com ônus para o Distrito Federal para exercer atividades que não guardam qualquer tipo de relação com a ciência da saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Então, eu gostaria de propor que esta Casa encaminhasse um expediente à Secretaria de Saúde pedindo que não adote qualquer medida no sentido de fazer retornar esses profissionais, porque iremos prejudicar sensivelmente a formação de futuros profissionais da saúde.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa., além de ser um advogado brilhante e experiente, é um competente Deputado. Quero dizer a V.Exa., aproveitando esse seu aparte, que, se V.Exa. redigir esse documento – pode ser uma moção ou um requerimento –, com certeza, todos os Deputados irão apoiá-lo nesse pleito por ser um pleito justo.

Eu quero agradecer a presença de todos vocês e a tolerância do meu Presidente, Deputado Rodrigo Delmasso.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Eu gostaria de registrar a presença da Secretária Adjunta de Esportes do Distrito Federal, Leila Barros. Obrigado, Secretária, por estar aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Delmasso, demais Deputados, pela presença, e demais participantes dessa plenária.

Eu gostaria de falar hoje sobre dois temas. Primeiramente, vou falar sobre as nossas Olimpíadas e aproveito para agradecer a presença da nossa Secretária Adjunta, Leila Barros.

Hoje tivemos a honra de ter a participação da Secretária na nossa reunião de Líderes. Com muita sabedoria, que é notória de todos, ela apresentou o projeto que traz para Brasília dez jogos das Olimpíadas de 2016. Ela deixou clara a importância desse evento para a nossa Capital. S.Exa. mostrou, com muita propriedade, que se debruçou sobre o projeto porque vários itens desse projeto iriam demandar um custo para nossa cidade, custo este que, neste momento, não tínhamos condições de realizar. Então, com o enxugamento dessas demandas apresentadas, poderemos sediar dez jogos que irão trazer divisas para nossa cidade. Infelizmente, foi construído esse elefante branco, que é o nosso estádio, e agora temos de dar utilidade a ele. Não podemos simplesmente ignorá-lo. Neste momento, temos uma grande oportunidade de dar utilidade ao estádio e trazer divisas. Como a nossa Secretária falou, as comitivas dos jogos estarão sediadas no Distrito Federal e, com isso, vamos fidelizar o nosso turista.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Parabéns, Secretária! Eu tenho certeza absoluta de que, nesta Casa, vamos conseguir aprovar este projeto e V.Exa. vai conseguir, no ano que vem, representar e trazer esse evento tão maravilhoso.

Eu gostaria também de agradecer a presença dos nossos alunos e professores da ESCS – Escola Superior de Ciências da Saúde, que estão na galeria. Eu tive acesso ao problema de vocês. Até fiz um esforço muito grande para participar da reunião de ontem à noite, mas, infelizmente, não pude. Tive conhecimento da demanda de vocês e tenho certeza de que o Secretário de Saúde vai resolver essa questão e manter os médicos na Escola de Saúde. Não tenho dúvidas. Como bem falou o Deputado Raimundo Ribeiro, a matemática é simples. Desculpe a expressão, mas lá é uma fábrica de médicos e de enfermeiros. Então, vamos parar a produção de profissionais altamente capacitados, dos quais a população necessita – o que é uma realidade hoje, nacionalmente.

Com a Escola, Brasília e o Distrito Federal avançaram, e agora vamos retroagir? Tenho certeza de que o interesse na manutenção desse serviço educacional sobrepõe-se aos interesses do médico, na ponta, embora saibamos que o médico também é importante. A metodologia aplicada pela faculdade dos senhores, pelo pouco que conheço, é muito boa. Temos conhecimento de que tanto enfermeiros quanto médicos frequentam os hospitais, os laboratórios e os consultórios desde o primeiro semestre de aula. Então, a faculdade tem o potencial de multiplicar a capacidade de atendimento da nossa população.

Quero dizer aos senhores que estamos entrando em contato com o Secretário de Saúde. O nosso Secretário de Relações Institucionais e Sociais, Igor Tokarski, vai entrar em contato com o Secretário de Saúde, e espero que, até o final da plenária, possamos trazer uma resposta positiva para todos os nossos alunos de enfermagem e medicina e também para o nosso corpo docente.

Muito obrigado e contem conosco.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero registrar a presença dos estudantes e professores da Escola Maria Montessori, que estão participando do Projeto Cidadão do Futuro como parte do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam bem-vindos. Que Deus abençoe vocês. Parabéns! Este é o futuro do nosso país. Daqui a alguns dias, com certeza, vários de vocês podem estar aqui neste Parlamento ou até mesmo no Congresso Nacional.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme acordo do Colégio de Líderes, solicito a V.Exa. a inclusão do Projeto de Lei nº 447, de 2015, na pauta da ordem do dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta da Ordem do Dia dos Projetos de Lei nº 243, de 2015, e nº 132, de 2015. Já há acordo com todos os Líderes e com a Presidente da Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. Parece-me que há um projeto que está sem tramitação concluída, não é? Nenhum dos dois?

DEPUTADO RICARDO VALE – Os dois estão na CCJ. Houve pedido de vista de um.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado, vou consultar a Presidência e a Mesa Diretora sobre essa questão, porque me parece que o acordo que foi feito no Colégio de Líderes é quanto aos projetos que estão com a tramitação concluída, ou seja, que já passaram tanto nas comissões de mérito como na CCJ.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de solicitar a V.Exa. que fizesse a retirada de pauta, por ora, dos itens nºs 162, 164, 165 e 166, de minha autoria, e acrescentasse, na Ordem do Dia de hoje, o item nº 154 e a Moção nº 255, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Quero cumprimentar os estudantes que estão nos visitando, os enfermeiros e também os nossos queridos estudantes da ESCS, da Charanga da Bicuda. Pessoal, é muito bom recebê-los aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Eu só uso a tribuna para expressar a minha profunda preocupação com as interpretações que nós temos dado ao arranjo que nos permitiu construir a ESCS. Quero dizer que nós vamos buscar o diálogo, que nós não aceitamos nenhuma solução que seja proibitiva e que não pense na cidade. Nós vamos conversar com o Secretário de Saúde, vamos conversar com o Ministério Público, vamos apresentar soluções. Não vamos aceitar que o problema dê o tom das nossas ações. Nós vamos resolver esse problema.

Eu quero elogiar vocês que ajudam a construir a ESCS todos os dias. Não é à toa que vocês estão, desde que são avaliados, entre os cinco primeiros do País. Não é à toa. Então, a ESCS é um patrimônio para nós.

Eu me levantei contra esse burburinho logo no início, desde que o Ministério Público fez o pronunciamento. Nós estamos em busca dessa documentação e nós não vamos permitir que a concepção original da ESCS seja adulterada. Não vamos permitir. A ESCS é diferente das demais escolas de saúde, porque a ESCS está preocupada em formar um profissional socialmente consciente, que entenda, sobretudo, as questões de saúde pública. A ESCS não vai se submeter à lógica perversa do mercado, que transforma médicos em simples prestadores de serviço. Não vamos aceitar essa lógica que transforma paciente em um mero consumidor e o enfermeiro em um mero comerciante do seu serviço. A ESCS não aceita isso. É por isso que a ESCS tem professores provenientes dos quadros de servidores públicos da Secretaria de Saúde. Esses servidores conduzem os estudantes num processo pedagógico que permite a esses estudantes analisar e criticar o sistema de saúde. Então, a ESCS é voltada para o SUS e é por isso que ela é diferenciada em relação às outras.

Parabéns aos professores e estudantes, tanto da medicina quanto da enfermagem, que fazem da ESCS um orgulho para a nossa cidade de Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero prestar minha solidariedade aos estudantes da Escola de Medicina do Distrito Federal. Eu conheço uma estudante, a Amanda, lá do Setor O, que é filha de uma professora, grande amiga minha, e sei do orgulho que ela tem de estar nessa faculdade.

Segundo, eu quero dizer que o Governo do Distrito Federal precisa entender que recomendação não é decisão judicial. Quando há decisão judicial, você recorre da decisão judicial e derruba. Portanto, o governo não tem de parar um instrumento de formação tão importante, como é a Faculdade de Medicina do Distrito Federal, por causa de uma recomendação do Ministério Público de Contas. Isso não pode! Porque, no dia em que atrasar a formação de vocês, vocês sem o diploma, mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

peessoas carentes do Distrito Federal ficarão sem o atendimento de vocês. Por isso é importante que vocês, médicos, enfermeiros, biomédicos, tudo, formem-se e logo, para que vocês possam trabalhar e prestar o serviço de atendimento à população do Distrito Federal. Portanto, vocês têm o meu apoio e a minha solidariedade. Eu vou conversar com o Governador do Distrito Federal para que não aceite essa recomendação.

Sr. Presidente, eu volto aqui a um assunto que eu julgo da mais alta importância. Eu queria, inclusive, falar aos membros da imprensa que estão aqui sobre o Projeto de Lei Complementar nº 35, de 2015, que trata da cobrança de uso de área pública junto a imóveis residenciais. Eu vou falar de dois artigos. Cada dia, em vou falar de um artigo aqui.

“Art. 14. Toda área contígua à unidade imobiliária residencial unifamiliar, a qualquer tempo, pode ser vistoriada pelo Poder Público e, para esse fim, o encarregado da fiscalização terá imediato ingresso no local, mediante apresentação de sua identificação funcional.”

Quem escreveu isso não sabe o que está dizendo. As áreas junto aos imóveis normalmente estão cercadas e integram o espaço onde está a residência do cidadão. Em muitos casos, lá na Ceilândia, no Gama, em Taguatinga, Sobradinho, é apenas uma pequena porção, uns dois ou três metros na frente, na lateral ou nos fundos, que são ocupados e usados como moradia. Como, então, a fiscalização pode chegar lá e entrar sem consentimento do proprietário? Quem escreveu esse texto precisa ler a Constituição Federal, que assegura, nas garantias do cidadão, o seguinte: “A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

O outro artigo também é absurdo. Diz o art. 23: “É considerado infrator de má-fé aquele que tiver materiais e equipamentos apreendidos mais de uma vez.” Aqui o cidadão não tem direito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Se a fiscalização apreender material ou equipamento mais de uma vez, é má-fé do cidadão. O fiscal que apreendeu não pode errar, só o cidadão. Parece que estamos voltando para os tempos difíceis da Idade Média, quando a voz do Estado era a voz da verdade. Vivemos num Estado Democrático de Direito. A voz do Estado não é a única verdade possível. Lembramos também mais essa garantia constitucional: “Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

O critério para a fixação de multas também é absurdo. Pela fórmula do art. 16, o valor da multa sempre será maior que o valor do terreno. Se o terreno custa 200 mil, a multa será maior do que isso.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg: que retire imediatamente esse projeto de tramitação nesta Casa, porque ele é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

absurdo. Esse projeto fere a Constituição. Ele não pode prosperar nesta Casa. Quero ver qual é o Deputado que vai ter coragem de votar nessa excrecência. Governador Rollemberg, retire esse projeto, porque ele não serve, ele é ilegal, é imoral e envergonha a população do Distrito Federal!

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade, pela Liderança da Minoria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, pelo Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito rapidamente, apenas para dar uma satisfação quanto à posição adotada hoje, no Colégio de Líderes. Alguns Deputados – e aí eu me incluo – abriram uma exceção, pois estamos em obstrução. Estamos em obstrução, mas abriremos uma exceção para votar esse projeto que trata das Olimpíadas, como estamos chamando.

Quero fazer referência à nossa Secretária Leila, carinhosamente chamada de Leila do Vôlei, ao Felipe e à sua assessoria e dizer o seguinte, mais uma vez: estamos fazendo isso, Sr. Presidente, por uma questão de responsabilidade, por reconhecimento a uma causa nobre e, obviamente, por reconhecer a luta da Secretária Leila, pessoa que dedicou sua vida ao esporte. Por tudo isso, pela causa e pela forma como o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, tem tratado todas as causas.

Mais uma vez, Deputado Julio Cesar, a gente chama a atenção para a forma como o governo encaminha os projetos. Dessa forma, vai-se continuar correndo risco. Se esta Casa não tivesse a sensibilidade de reconhecer as consequências danosas que uma votação... Se essa votação não ocorresse, as consequências seriam irreparáveis. O senhor bem sabe disso, Deputado Rodrigo Delmasso.

Nós, Deputados, mesmo da Oposição, em obstrução, vamos abrir mão da obstrução para o bem de Brasília, porque vimos, no pedido da Secretária Leila, sinceridade, respeito e compromisso com Brasília. Agora, o Governo do Distrito Federal tem que ter zelo com um projeto de tamanha magnitude. Não se pode brincar com a nossa cidade.

Imaginem: vinte e um dias sediando as Olimpíadas, e o projeto chega quase se perdendo o prazo. Por uma questão de responsabilidade, de sensibilidade e do compromisso firmado com a senhora, Secretária...

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, primeiro eu queria parabenizar V.Exa., os demais Deputados, todos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

os Líderes, todo mundo que tomou a decisão de votar esse projeto das Olimpíadas. Até porque eu também estou em obstrução, em solidariedade aos servidores públicos. A greve acaba hoje? Estou doido para que a greve acabe, a fim de que eu possa voltar a votar projetos bons do governo aqui, mas, infelizmente, o governo está tendo muita dificuldade nessas negociações com as categorias. Eu também, mesmo em obstrução, vou votar, até porque sou um esportista, sempre pratiquei esporte e sei da importância que o esporte tem no desenvolvimento dos jovens e das crianças. Sei da importância que as Olimpíadas vão ter para este país e, principalmente, para a questão econômica aqui do Distrito Federal. Por exemplo, a gente sabe que o setor hoteleiro vai se beneficiar com isso e os bares também.

Então, não tinha como eu deixar de votar, até porque sou um entusiasta do futebol e o Distrito Federal vai sediar jogos, inclusive, da Seleção Brasileira. A nossa Secretária Leila acabou de falar isso aqui para a gente. É um momento importante.

Lamento, mais uma vez, que as coisas do governo cheguem, como V.Exa. disse, em cima da hora. Mas nós, Deputados, temos que ter responsabilidade com esta cidade e com este país. As Olimpíadas não são do governo, as Olimpíadas não são do Governador, as Olimpíadas são do Brasil, são do povo do Distrito Federal. Portanto, a Câmara Legislativa, em uma demonstração madura... Nós, da Oposição, mesmo estando em obstrução, vamos votar favoravelmente ao projeto e tomara que possamos fazer um excelente trabalho aqui com a Secretaria de Esportes. Enfim, que a gente faça um excelente trabalho, que tenhamos bons jogos, com muita participação popular, com muita gente, e que o Distrito Federal possa lucrar, evidentemente, com esse importante evento.

Fica aqui também a minha alegria por votar um projeto desses, mesmo com todo o atraso que o governo teve em colaborar para que as Olimpíadas aconteçam no nosso país.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, sei da responsabilidade de V.Exa. e de todos nós que estamos aqui. Mesmo sendo de Oposição, estamos batalhando para aprovar um projeto do governo.

Eu queria chamar a atenção do governo para um ponto. Há um projeto que está tramitando aqui desde o dia 21 de maio de 2015. Portanto, não há que se dizer que ninguém conhece o projeto, porque ele é do dia 21 de maio de 2015 e faz parte



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

desse pacote das Olimpíadas. Esse projeto que vamos votar agora não terá quase nenhuma importância se o outro não for aprovado.

Estou chamando a atenção para isso, a fim de que depois não venham dizer que mandaram um projeto para cá, que ele ficou desde maio aqui, que a Câmara Legislativa não aprovou e que por isso não vai haver essa chave das Olimpíadas no Distrito Federal. Chamo a atenção do governo e da Base do governo. Querem as Olimpíadas aqui? Querem fazer? Vamos fazer bem feito. Dificilmente vai haver Olimpíadas no Distrito Federal, se não houve a aprovação do projeto que trata da remissão de ICMS no Distrito Federal. Já verificamos, e dá algo em torno de 2 milhões de reais. E, aí, jogando claro, a avaliação que se tem de fazer é a compensação que isso trará para o Distrito Federal. É importante termos isso em mente, efetivamente, para sabermos da responsabilidade que a gente tem. Não sei por que o governo não verificou antes e por que não se empenhou na aprovação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Chico Vigilante. Isso é importante saber.

Concluindo, mais uma vez, parabenizamos a Secretária Leila pelo empenho, e fica aqui o nosso compromisso, Deputado Julio Cesar, nosso Líder de governo. Desde o primeiro momento, firmamos um compromisso com V.Exa., que ligou para cada um dos Deputados. Firmei esse compromisso porque entendemos a necessidade de prestigiar a Capital da República. Como bem disse o Deputado Ricardo Vale, as Olimpíadas são do povo brasileiro, e nós precisamos fazer a nossa parte. Esperamos, porém, que o Governo do Distrito Federal também faça a dele.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Antes de conceder a palavra à Deputada Liliane Roriz, acato a solicitação do Deputado Ricardo Vale de inclusão na pauta dos Projetos de Lei nºs 243, de 2015, e 132, de 2015.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu solicito, se for possível, a inclusão, como item extrapauta, do Projeto de Lei nº 750, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no âmbito do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito a inclusão como item extrapauta do citado projeto de lei.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Indago aos Deputados e aos Líderes se podemos inverter a ordem da sessão para votar esse projeto e depois voltar aos Comunicados de Líderes e de Parlamentares.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, discordo, e até acho que podemos simplificar as falas, ser bastante sucintos, porque essa rotina diz respeito ao Regimento. Eu sugiro que seja respeitada. Como os Líderes ocupam boa parte do tempo, os Deputados que estão numa posição não tão privilegiada acabam ficando prejudicados.

Então, espero que seja respeitada a lista de inscrição dos Srs. Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar nos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO JULIO CESAR (Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Até para atender um pedido do Deputado Wasny, vou ser bem breve na minha fala.

Quero dizer que, pela primeira vez na história, o Brasil sediará as Olimpíadas, e a Capital Federal terá um papel importantíssimo na realização desse evento, inicialmente realizando um revezamento da tocha olímpica e a concretização de dez jogos de futebol, sendo sete jogos masculinos e três femininos.

Os jogos são reconhecidos como o maior evento do planeta e acontecerão do dia 4 ao dia 21 de agosto de 2016, aqui no Brasil, oportunidade em que a cidade do Rio de Janeiro espera mais de 10.500 atletas de mais de duzentos países. Os atletas competirão em 42 modalidades, em 306 eventos com medalhas, em 33 instalações esportivas. Para isso, precisamos de leis específicas que estabeleçam normas para a organização e a realização dos Jogos Olímpicos. Hoje, pela manhã, aprovamos na CEOF e, agora à tarde, na CAS, o Projeto de Lei nº 750, de 2015, que estabelece as condições para recebimento de parte dos Jogos Olímpicos Rio 2016 em Brasília. O projeto é de autoria do Poder Executivo e tem por objetivo tornar a Capital do País uma das cinco sedes que receberão jogos de futebol masculino e feminino da competição.

Durante dois anos, fui Secretário de Esporte, o que contribuiu para que eu conhecesse um pouquinho da capacidade do universo esportivo. Não tenho dúvida alguma de que esse evento será um marco para a história do Distrito Federal.

E aqui quero trazer um dado importantíssimo que acaba de sair, a relação de onde acontecerão os jogos e principalmente a estreia. Foi confirmado que Brasília,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

no dia 4 de agosto de 2016, sediará o primeiro jogo, e a Seleção Brasileira estará aqui em Brasília. Portanto, é um marco para a nossa Capital Federal.

Quero reconhecer a participação de todos os Deputados desta Casa, da Deputada Sandra Faraj, que é presidente da Comissão de Constituição e Justiça e que, quando pedimos, colocou toda a sua equipe à disposição para analisar esse projeto; do Deputado Wellington; do Deputado Bispo Renato; do Deputado Chico Vigilante; do Deputado Rodrigo Delmasso; da Deputada Telma Rufino; do Deputado Juarezão; da Deputada Liliane Roriz; da Deputada Luzia de Paula; do Deputado Ricardo Vale, enfim, de todos os Deputados da Casa, que entenderam a necessidade.

Realmente, o projeto chegou um pouco em cima do laço, essa é a pura realidade, mas já explicamos no Colégio de Líderes que o COI – Comitê Olímpico Internacional colocou uma imposição com mais de trezentos itens que o Estado teria de cumprir. O esforço da Secretaria de Esportes, aqui na pessoa da nossa Secretária Leila Barros, que trabalhou com a equipe, juntamente com a Bete, reduziu essa obrigação para quase 150 itens. Então, eu tenho a certeza de que será um marco para Brasília.

Ficam aqui nossos agradecimentos a todos os Deputados que hoje estarão votando para que seja um marco para a história de Brasília. Então, agradeço a todos que realmente estão contribuindo para a realização desses jogos aqui em Brasília.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a V.Exa. que inclua na pauta de votação dois projetos de lei de minha autoria, o Projeto de Lei nº 558, de 2015, e o Projeto de Lei nº 687, de 2015, para que sejam votados hoje, que sejam analisados hoje nas comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou pedir à Assessoria Legislativa que dê uma olhada aqui, Deputado Lira. Se V.Exa. puder, venha aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é apenas para fazer uma correção.

Na última sessão, o Deputado Julio Cesar fez um aparte a um pronunciamento meu, que foi mal interpretado, quanto ao problema da ARUC –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro. Criou-se uma celeuma muito grande porque passaram a divulgar que o Deputado Julio Cesar estava querendo que a Aruc fosse vendida, coisas dessa natureza. Eu já encontrei, inclusive, V.Exa. e a Deputada Liliane Roriz, todas sambando lá na Aruc, pois é um espaço cultural de muitos anos. O Deputado Chico Leite também é um frequentador, quase todos nós. Eu morei no Cruzeiro Velho ainda na juventude e joguei muito futebol na Aruc, conheço aquela instituição há muitos anos.

Em reunião, levamos a questão para o Governador, e S.Exa. falou: “Olha, ninguém vai mexer na Aruc”. É palavra do Governador perante treze Deputados. Estamos precisando, e eu a estou apresentando, Deputado Julio Cesar, até mesmo para virar essa página, de uma minuta do anteprojeto exatamente para regularizar aquela parte da Aruc que ainda não está legalizada. A Via-Sacra de Planaltina e a Aruc são os dois patrimônios imateriais de Brasília, que promovem a cultura.

Portanto, há o compromisso do Governador feito diante de todos nós, Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, de que ninguém irá mexer na Aruc. Pelo contrário, nós vamos aproveitar para legalizar uma parte da Aruc que não está legalizada, para não se falar mais, ninguém mais comentar e ninguém mais, nos próximos quinhentos anos, falar em mexer com a Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia. V.Exa. é sempre muito ponderado, mas a Deputada Liliane Roriz e eu nunca participamos de nenhum samba na Aruc, apesar de entender a importância da Aruc e do respeito que nós temos.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria trazer aqui a minha preocupação, diante do debate ocorrido hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, com a forma como o governo vem tratando essa questão tributária. Essas questões exigem o máximo de transparência. E o que tem me impressionado é que, recentemente, o governo encaminhou vários projetos e alterações de alíquotas, sempre subindo, e agora traz novas medidas que vêm na mesma direção. E um desses projetos foi o projeto da erradicação da pobreza, em que o governo utiliza a alíquota de 2,5 a mais em cada uma das alíquotas que já tinham sido recentemente majoradas para ampliar ainda mais. Ora, o efeito disso é imprevisível! O excesso da carga tributária em alguns produtos tem o efeito inverso.

Então, acho que nós precisamos ter um pouco de atenção. Se o governo fizesse um trabalho de mapeamento sobre o setor produtivo em Brasília e tivesse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

uma clareza e medidas mais drásticas em relação ao mapa dos endividados, dos que têm dívidas com a Fazenda Pública, e uma ação mais ostensiva com esse segmento, naturalmente reduziria e, assim, possibilitaria ao Estado ter uma receita mais robusta. Ocorre que a maneira como o governo vem tratando, sem fazer uma avaliação de qual é o gasto que o governo tem com o segmento da pobreza no Distrito Federal, qual é o projeto, o custo desse projeto, e, antes de se ter uma avaliação disso, apresentar alíquotas adicionais ao que está sendo colocado, é um acinte à sociedade.

É o caso, por exemplo, Deputado Raimundo Ribeiro, quando o governo pega a parte de produtos de beleza, perfumaria, cosméticos, isso e aquilo outro, que já teve aumento tributário, e aumenta mais 2,5%. Como ele fez no caso dos refrigerantes para poder criar um recurso adicional para enfrentar. Ora, o governo tem que dizer exatamente qual é a sua pretensão nessa área; e, diante da sua pretensão, qual é o custo que representa, antes de mandar medidas de aumento de receita em função de aumentos de alíquota. Por isso é algo absolutamente pertinente. É a mesma coisa que o governo está fazendo com o caso do IPVA. É a mesma coisa! O governo aumentou as alíquotas e agora quer aumentar a base dos valores venais com o mercado em crise, com a sociedade com renda em queda, em um cenário extremamente desfavorável a esse uso abusivo dos seus instrumentos de aumento de receita, ora alíquota, ora aumento de base de cálculo. Eu estou sabendo que é a mesma política que o governo vai adotar com relação à base dos valores venais dos imóveis no Distrito Federal.

Então, eu gostaria de trazer essa discussão, porque, Deputado Rodrigo Delmasso, o que a gente percebe é que os representantes do governo nesta Casa trazem a demanda muito pontual e esquecem aquilo que já foi votado, achando que a gente é bobo! Acham que a gente não sabe o que votou no passado. É preocupante essa maneira como o governo adota com alguns projetos de lei.

Esse projeto da erradicação da pobreza tem um caráter de Robin Hood, mas, na realidade, ele reforça um aumento nas alíquotas de ICMS. Eu acho, mais uma vez, algo pernicioso para o setor produtivo da nossa cidade.

São essas as considerações. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, logo após um intenso debate com os Líderes aqui na planície, solicito a V.Exa. que seja incluído na Ordem do Dia, como item extrapauta, o Projeto de Lei nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

469, de 2015, que é, na realidade, um complemento do Projeto de Lei nº 750, de 2015.

O projeto de lei que peço a V.Exa. que inclua na pauta tem a seguinte ementa: "Suspende a exigibilidade de créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre os serviços diretamente relacionados à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e dá outras providências".

Logo após o debate com os Líderes aqui, foi o consenso. Solicito a V.Exa. para incluir como item extrapauta o Projeto de Lei nº 469, de 2015.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acatado. Solicito ao Deputado Rodrigo Delmasso que peça à sua assessoria para providenciar a entrega do projeto também para os outros Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Venho a esta tribuna para fazer um breve relato das tratativas de regularização do Setor Habitacional Arniqueiras e Bernardo Sayão. Desde fevereiro deste ano, fizemos mais de quinze reuniões com minha equipe técnica e com os gestores da Terracap, Segeth e Ibram para nos colocar à disposição e viabilizar o processo de regularização de Arniqueiras e Bernardo Sayão. Identificamos os gargalos e as exigências de tramitação desse processo e, em parceria com o governo, e cumprindo também o nosso papel de fiscalizador dos atos do Poder Executivo, estamos chegando à reta final desse processo longo e desgastante.

Informo às Sras. e aos Srs. Deputados que houve consenso entre a Segeth, Terracap e Ibram, após o nosso aconselhamento, para que o Setor Habitacional Bernardo Sayão fosse desmembrado do processo de Arniqueiras, por se tratar de uma área com menores dificuldades de atuação: situação fundiária, projeto urbanístico, diretrizes urbanísticas e o licenciamento ambiental em estágio avançado. Foi garantido empenho total da presidência do Ibram para a emissão da licença de instalação corretiva e seria apresentada a tempo de ser submetido ao CONAM – Conselho de Meio Ambiente e, em seguida, ao CONPLAN – Conselho de Planejamento Territorial, ainda neste ano. Um dos motivos do desmembramento foi também a urgência na salvaguarda da aplicação dos recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, já empenhados para Bernardo Sayão, que já conta com projetos executivos completos de infraestrutura: pavimentação, drenagem e iluminação pública.

Esse breve relato mostra meu empenho em promover a regularização de todos os setores habitacionais do Distrito Federal para que esta Câmara Legislativa,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

na figura da Comissão de Assuntos Fundiários, e este governo sejam conhecidos pela legalidade e respeito ao cidadão.

O que quero dizer é que nós tivemos uma reunião na Terracap. Temos hoje 1 milhão e 30 mil pessoas morando em áreas irregulares e, se o governo – ouviu Sr. Secretário, que está aí, o Sr. Igor – realmente tratasse de trabalhar para regularizar, não estaríamos nessa crise. E aí depende totalmente da Câmara Legislativa para poder votar os projetos... Não estaríamos nessa crise, pagaríamos as dívidas e ainda arrumaríamos mais dívidas para poder terminar as obras e a infraestrutura que precisam ser feitas.

Então, como nós estamos direto fazendo reunião na Comissão de Assuntos Fundiários e, quando se tratar de pedir, não falo nem convocar os secretários, a equipe técnica, peço ao Sr. Secretário que venham, porque só assim teremos o nosso trabalho valorizado e teremos a regularização de Brasília, que é o que precisamos para poder o governo pagar as dívidas que têm e não ficar culpando a Câmara Legislativa por tudo o que acontece lá fora.

Era isso que eu queria dizer. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, membros da imprensa e demais assessores aqui presentes, eu gostaria de declarar e quero encaminhar às notas taquigráficas, Deputado Prof. Israel, que hoje foi vinculada na imprensa uma nota que foi apresentada pelo partido do Vice-Governador, o PSD, em resposta à nota do partido do Governador, o PSB. Na nota do Governador – faço isso porque o Deputado Rogério Rosso, Presidente do PSD, me ligou hoje pela manhã, me pediu que fizesse essa deferência e deixasse isso registrado –, nas entrelinhas, o PSB, partido do Governador, estava jogando talvez a responsabilidade da ordem daquele episódio dos professores ao Vice-Governador, o então Renato Santana, que é o Secretário-Geral do partido. E a nota do PSD afirma que o PSD – só quero aqui uma questão de informe – está junto com o governo, mas que essa ordem não partiu do Vice-Governador.

Então, vou encaminhar a esta Casa, às notas taquigráficas, para que conste como lida esta nota do Partido Social Democrático assinada pelo então Deputado Federal, Rogério Rosso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Bem, para dar continuidade ao meu pronunciamento, eu quero aqui, Sr. Presidente, primeiro parabenizar a Secretária Adjunta de Esportes pela belíssima explanação em relação aos Jogos Olímpicos que vão acontecer em 2016. Inclusive, com os projetos que nós vamos aprovar, acredito que vamos cumprir os requisitos mínimos necessários para que Brasília vire a cidade-sede das Olimpíadas de 2016. Não só dos Jogos Olímpicos, mas também, Deputado Cláudio Abrantes, de um dos jogos que eu acho um dos mais importantes do mundo, que são os Jogos Paralímpicos, porque ali estão as verdadeiras superações das dificuldades, as superações de limites, superações de pessoas nas quais, por muitas vezes, a sociedade deixa de acreditar por causa de uma deficiência e elas provam que, independente da deficiência, podem sim disputar em pé de igualdade os esportes colocados.

E eu quero citar uma atleta, uma tenista que foi diversas vezes campeã brasileira e que, infelizmente – eu queria aqui pedir na realidade o apoio do governo para isso –, parou de treinar por falta de apoio e de patrocínio governamental para as suas ações. A tenista Thalita, campeã brasileira. Tanto nos Jogos Paralímpicos como também nos que não são dos deficientes, ela foi campeã nas duas modalidades. Ela tem um braço amputado. O pai dela a treina na Asbac com recursos próprios e, infelizmente, por uma questão de contenção de recursos, ela acabou perdendo a sua ajuda, o Bolsa Atleta, e ela vai deixar um sonho que estava construindo, que era tentar conseguir o índice para chegar aos Jogos Paralímpicos no tênis. Então, Brasília poderia ter uma atleta a representando nos Jogos Paralímpicos de 2016.

Eu também quero citar que ontem aconteceu algo que eu digo inédito, Deputado Wasny de Roure, que acompanha esse processo há muito tempo, depois de quinze anos, Deputado Bispo Renato Andrade, que foi o autor da lei que cria o Programa de Atendimento à Pessoa com Epilepsia. Ontem, eu tive uma reunião com a Secretária Adjunta de Saúde, na qual apresentamos uma doação de um aparelho chamado de Vídeo-EEG. Esse aparelho serve para fazer o diagnóstico dos pacientes com epilepsia, verificando se existe a possibilidade de esses pacientes fazerem ou não a cirurgia. O resultado dessa cirurgia é a cura dos pacientes com epilepsia. Deputado Wasny de Roure, que acompanha esse processo há muito tempo, ontem nós começamos o processo de doação, e creio que, já em 2016, os pacientes com epilepsia já vão ter instalado, no Hospital de Base, o primeiro aparelho público que vai fazer este exame aqui no Distrito Federal. Foi uma doação. Essa doação nasceu no Fórum Nacional da Epilepsia que fizemos no Congresso Nacional e que partiu de um apelo de uma mãe que mora em Ceilândia, que tem um filho de 15 anos com epilepsia e não consegue arrumar recursos para pagar esse exame. Esse apelo feito por esse fórum mobilizou empresários do setor, Deputado Wasny de Roure, que estão comprando esse aparelho e vão fazer a doação para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, o que me deixa comovido, muitas vezes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Eu quero aqui citar que apresentamos uma emenda parlamentar para a compra de dois aparelhos. Se a Secretaria de Saúde tiver celeridade e conseguir colocar para licitar ainda neste ano, Brasília pode ter não só um, mas três aparelhos desses que, com certeza, irão atender todas as demandas das pessoas com epilepsia.

Aqui, quero pedir a esta Casa, mais uma vez, quero apelar, clamar a esta Casa para que aprovemos o Projeto de Lei nº 42, de 2015 – projeto de lei de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade –, que trata da inclusão de alguns medicamentos, inclusive o canabidiol, na lista de tratamento do Programa de Atendimento à Pessoa com Epilepsia. Peço que esta Casa aprove porque, com a crise econômica em que vivemos, subiu três vezes o custo de importação do canabidiol e, infelizmente, uma família de baixa renda não consegue fazer essa aquisição.

Recentemente, o Tribunal de Justiça mandou a Secretaria de Saúde comprar, importar esse medicamento dos Estados Unidos para uma família aqui do Distrito Federal. Se existe uma determinação judicial, eu acredito que esta Casa tem de dar essa resposta à comunidade do Distrito Federal, principalmente aos pacientes com epilepsia e também aos com Alzheimer, porque o canabidiol, Deputado Cláudio Abrantes, é usado nos dois tipos de tratamento, e nos tratamentos alternativos.

Quero deixar bem claro que a liberação do canabidiol não é a legalização da maconha.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão da Moção nº 256 na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acatado.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa)

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer. O Deputado Rodrigo Delmasso trouxe a informação de que uma nota emitida pelo presidente do PSB de Brasília, Fúcio, dizia, imputava ao PSD, na pessoa do Vice-Governador Renato Santana, a responsabilidade por acionar a Polícia Militar no episódio com os professores. Estive agora em contato com o presidente Fúcio por telefone e o mesmo afirmou que, na nota que ele emitiu, não houve nenhuma afirmação nesse sentido. Muito pelo contrário, só esclarecia que, no momento do ocorrido, o nosso Governador Rodrigo Rollemberg estava em trânsito, em viagem, em voo, e o Vice-Governador Renato Santana estava em exercício, mas também não deu essa ordem. O Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel César, já assumiu publicamente que a decisão pela ação foi de responsabilidade dele, que tomou a atitude da ação. Só quero reforçar, mais uma vez, que não vi, em momento algum, qualquer tipo de excesso por parte da Polícia Militar, mas sim um exemplo de atuação técnica da nossa Polícia Militar.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria apenas de fazer um registro, Deputado Raimundo Ribeiro, que preside esta sessão, e demais Deputados. Eu recebi a diretoria do Lions Clube de Taguatinga, que eu conheço há bastante tempo.

Nós, que chegamos a Brasília há mais de quarenta anos, sabemos que muitas instituições, a exemplo da discussão que fiz hoje sobre a Aruc, são fundamentais, fazem parte da cultura da nossa cidade. Muitas delas estão sendo muito atacadas no aspecto de especulação imobiliária. Esses espaços que antes foram cuidados, que se criaram e fazem parte da cultura da cidade, como é o caso do Lions Clube de Taguatinga, estão sofrendo um assédio muito grande. O pessoal está querendo comercializar essas áreas, Deputado Raimundo Ribeiro, o que não é justo. Essas instituições têm uma história com a cidade. De uma hora para outra, as pessoas começam a ver esses espaços físicos como uma especulação imobiliária. Um potencial que antes não tinha valor, principalmente no início da década de sessenta, hoje são espaços que custam milhões de reais. Não é justo! Estou fazendo essa defesa porque não é justo. Uma instituição filantrópica, que cumpre atividades sociais e tem uma importância muito grande dentro da cidade de Taguatinga, está sofrendo esse assédio no sentido de que sua área seja vendida para que se construam entidades comerciais privadas.

Eu quero fazer essa defesa, esse registro. Quando a Câmara itinerante estiver em Taguatinga, eu vou fazer esse pronunciamento lá, na presença dos demais membros do Lions Clube de Taguatinga. Sr. Presidente, V.Exa., a exemplo do Deputado Bispo Renato Andrade e de muitos outros Deputados, conhece a história



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

da instituição da qual estou aqui fazendo uma defesa para que seja preservada. Ao mesmo tempo, estou apresentando uma indicação com um anteprojeto, para que seja regularizada aquela área que cumpre uma função social muito importante.

Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede Sustentabilidade. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, galeria presente, em especial os alunos da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS, eu sei que esse assunto já foi falado muitas vezes hoje nesta sessão, mas eu não poderia deixar de manifestar meu posicionamento, assim como o posicionamento da Rede Sustentabilidade, acerca do tema do que está acontecendo na Escola Superior de Ciências da Saúde.

Hoje, essa escola, com um método inovador, está entre as melhores faculdades de medicina do País, simplesmente absorvendo o que há de melhor no serviço público, e por todas as qualidades que os professores têm porque praticam efetivamente a medicina na rede. Defender a ESCS aqui não é só defender esse patrimônio no Distrito Federal, mas é defender a base que nós pensamos para uma universidade pública do Distrito Federal, algo que não temos ainda. A faculdade de medicina, que em tão pouco tempo conseguiu superar cursos tradicionais do Distrito Federal, vai contra uma lógica do ensino superior do Brasil, que é uma lógica voltada para o mercado, de uma formação voltada simplesmente para o ganho financeiro de grandes grupos e, principalmente, que não trata da formação do profissional voltada para o atendimento ao público.

Esta é uma característica marcante da ESCS ao longo da sua história: todos os alunos, desde o início, já têm o conhecimento e a vivência na rede de saúde do Distrito Federal, principalmente conhecendo os problemas e contribuindo para a solução. Se hoje temos uma saúde no Distrito Federal que já é precária, imaginem se não houvesse a ESCS. Seria muito mais complicado, Sras. e Srs. Deputados.

Ao contrário do que se diz, que um professor da ESCS está desviado de função, eu reputo que ele está cumprindo a mais alta missão na formação de novos médicos, que tenham um olhar sobre a sociedade e, principalmente, sobre o povo mais carente. Em hipótese alguma esta Casa pode permitir que esse patrimônio do Distrito Federal seja fechado, debilitado ou que não tenha o apoio necessário para continuar funcionando. Que ele seja o embrião de algo muito maior que nós esperamos para o Distrito Federal: uma universidade pública que atenda todo o Distrito Federal, e também com outros cursos. A experiência do curso de medicina já deu frutos no curso de enfermagem, o qual atinge índices extremamente favoráveis em sua avaliação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Hoje, Sr. Presidente, o Distrito Federal passa vergonha quando se fala de ensino público superior. Quando eu digo isso, não é uma crítica ao governo a, b ou c, é uma crítica ao Distrito Federal, ao governo como Estado, que nunca se preocupou com uma política pública de ensino superior. Basta dizer que, vejam bem, em todos os estados da Região Nordeste, que é tida como uma das mais pobres, há uma universidade estadual. Em alguns deles, há mais de uma. No Brasil inteiro, pouquíssimos estados deixam de investir recursos públicos no ensino superior. Pouquíssimos! Eu destacaria, Deputado Lira, o Acre e, se não me engano, Rondônia. Os restantes, todos têm investimento.

Aqui no Distrito Federal nós temos um investimento pequeno concentrado no ensino superior da área de saúde. Imaginar que esse recurso pode ser diminuído ou pode haver até algum retrocesso é algo extremamente lamentável, que não pode acontecer. Para se ter uma ideia do prejuízo que isso causa no Distrito Federal, Deputado Rafael Prudente, a média nacional de vagas do ensino público é de 26%. Os 74% restantes são do mercado, de instituições privadas. Nós tivemos o cuidado de fazer esse levantamento: 26% é a média nacional de investimento em vagas de ensino público. O Distrito Federal é um dos piores do Brasil: apenas 16% são vagas de ensino público e 84% de ensino privado. É a lógica do mercado que impera no Distrito Federal há décadas.

A Escola Superior de Ciências da Saúde é a resistência a essa lógica de mercado. Então, nós queremos aqui manifestar o nosso apoio a isso. Já pedi licença aos Deputados da Rede – Deputado Chico Leite e Deputada Luzia de Paula – para manifestar o nosso apoio e solidariedade à ESCS. (Palmas.)

Além disso, quero convidá-los para o lançamento de uma frente parlamentar. Nós vamos marcar com os Deputados e convidar um representante ou dois da Escola de Medicina. Deputado Wasny de Roure, V.Exa. milita nessa causa há muito tempo. Na Frente Parlamentar da Universidade Pública do Distrito Federal, nós iremos debater o assunto. O lançamento da frente será justamente com a palestra daquele que foi um dos grandes impulsionadores da ESCS, o Professor Murad, que por muito tempo esteve com vocês lá. Ele vai dar uma palestra na abertura dessa frente, que vai lutar por políticas públicas.

Em 2013, foi criada a FUNAB – Fundação Universidade Aberta de Brasília, que é presidida, inclusive, Deputado Wasny de Roure, pelo próprio Murad. O objetivo dessa fundação é criar uma universidade pública nos moldes da ESCS, uma universidade que ouse e que traga um método inovador, que use o que há de melhor no serviço público, Deputado Chico Leite, com mestres, doutores e pessoas que conhecem a realidade da sociedade, do povo do Distrito Federal.

Quero deixar aqui a nossa solidariedade, o nosso posicionamento pró Escola de Medicina e de Enfermagem, a ESCS – Escola Superior de Ciências da Saúde. Em breve, informaremos a todos os Deputados, porque essa não é uma causa de um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Deputado ou de um partido. Uma universidade pública para o Distrito Federal deve ser uma causa de todos nós, porque gerar conhecimento é o que vai fazer o Distrito Federal e o Brasil saírem dessa crise.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria cumprimentar o Deputado Cláudio Abrantes, que, de maneira bastante oportuna, traz esse tema da nossa Escola de Saúde.

É incrível, Sr. Presidente, o que está ocorrendo com uma escola que tem obtido resultados tão dignificantes para o Distrito Federal. O que vemos é que o governo, no lugar de absorver isso e dar mais apoio, mais suporte, mais reconhecimento público, parece penalizar os que obtêm os melhores resultados.

O Deputado Cláudio Abrantes é um Deputado bastante preparado. A Rede está na Base de apoio do Governo Rodrigo Rollemberg. Isso pode ajudar a reverter esse quadro de uma instituição que deveria ter mais apoio da nossa parte. Não digo que apenas o Governador deve apoiar. A nossa Casa como um todo deve apoiar essa instituição pelos excelentes resultados que vem obtendo. Essa é uma instituição viva, composta não apenas de estudantes, mas também de um conjunto de servidores e de professores. Tanto o corpo discente como o docente qualificam a instituição a ser tão bem avaliada pelas instituições federais no que diz respeito à área de ensino universitário.

Portanto, Deputado Cláudio Abrantes, parabéns! Contém conosco, também, os estudantes e o corpo docente da Escola de Ciências da Saúde do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Agradeço a V.Exa., Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Antes de passar o aparte ao Deputado Robério Negreiros, apenas quero informar que já está circulando aqui no plenário uma indicação, que nós estamos colocando como de todo o Plenário da Câmara Legislativa, no sentido de que a Secretaria de Saúde não acate – inobstante o respeito que tenho pelo Ministério Público – a recomendação daquele órgão de que faça retornar os profissionais para a Secretaria de Saúde.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, eu pedi vista do Projeto de Lei nº 132, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que regulamenta a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

participação popular como uma questão de consulta popular em relação a um item da Lei Orgânica do Distrito Federal. Já com parecer favorável do Deputado Chico Leite e com o apelo do Deputado Ricardo Vale, eu gostaria de entregar o Projeto de Lei nº 132, de 2015, sem nenhuma observação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito, Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de parabenizar o Deputado Cláudio Abrantes pelo pronunciamento que fez. Quero me somar a S.Exa. no discurso que fez em defesa da Universidade do Distrito Federal, assim como ao Deputado Wasny de Roure.

Estávamos comentando há pouco aqui que nós votamos hoje, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, um projeto que estabelece um aumento de ICMS para o Fundo de Erradicação da Pobreza. Podemos fazer um trabalho, Deputada, porque esse fundo, em torno de 25 milhões de reais, está sendo utilizado no custeio da máquina pública, e não no que deveria ser utilizado, a capacitação profissional, principalmente dos jovens e daquelas pessoas que hoje não conseguem buscar uma oportunidade de trabalho por falta de gabarito.

Então, quero fazer a sugestão de trabalharmos num projeto de lei ou num projeto de lei complementar que permita a utilização de um pedaço desses recursos de aumento de tributos para garantirmos, no Orçamento do Governo do Distrito Federal, a construção da universidade pública do Distrito Federal. Somando-me ao Deputado Cláudio Abrantes, parabenizo-o pelo discurso.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria pedir a V.Exa. que sejam encaminhadas as votações, até porque alguns Deputados precisam se retirar. Precisamos, assim, acelerar. Então, eu pediria a compreensão para seja iniciado o processo de votação dos projetos que estão na Casa, principalmente o Projeto de Lei nº 750 e os projetos de Deputados. Isso foi o combinado na semana passada: que hoje nós votaríamos.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inclusão na Ordem de Dia, como item extrapauta, do Projeto de Lei nº 49, de 2015, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Já está na pauta, Deputado Rodrigo Delmasso.

Em acatamento à proposta do Deputado Julio Cesar, eu gostaria de informar que ainda estão inscritos para falar, se desejarem, alguns Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de falar, até porque acabei de receber aqui o Decreto nº 36.866, que foi publicado no Diário Oficial de hoje. Esse decreto aumenta o valor do ingresso para a visita do Jardim Botânico de Brasília de dois reais para cinco reais, um aumento de 150%. O governo já aumentou o preço do ingresso no Zoológico, o preço da refeição nos restaurantes comunitários, que era de um real e passou para três reais. Hoje aumentou o preço do ingresso para visitar o Jardim Botânico e já aumentou o preço das passagens.

O que se vê é que, após os aumentos, como no caso da refeição nos restaurantes comunitários, a movimentação caiu em quase 70%. Setenta por cento das pessoas pararam de comer no restaurante comunitário porque o preço foi para três reais. As primeiras informações que chegam sobre o Jardim Zoológico foram de que o movimento caiu 50%. E provavelmente, no Jardim Botânico, que teve um aumento de dois reais para cinco reais, o que corresponde a 150%, também vai cair o movimento.

Então, nessa política, nessa ânsia de arrecadar dinheiro, parece-me que o governo não está planejando direito e vai perder receita, porque, à medida que ele sobe os preços, diminui a quantidade de pessoas nesses locais. Portanto, o governo, na minha avaliação, está errando. Ele poderia, em vez de aumentar o preço do restaurante comunitário, o preço do Zoológico e o preço do Jardim Botânico, fazer uma política de incentivo chamando as comunidades mais carentes e colocando ônibus mais barato aos sábados e domingos para as pessoas irem mais e o governo, com isso, arrecadar mais. Ele está diminuindo a sua receita. Tanto é que, hoje ou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

ontem, eu li nos jornais que o governo já pensa em voltar o preço do restaurante comunitário para um real, porque simplesmente o restaurante esvaziou e o prejuízo dos empresários é enorme.

O governo autorizou a publicação de edital para as PPPs no próprio Zoológico, no Parque da Cidade, no Centro de Convenções, no Parque Granja do Torto, na Torre de TV, na Torre de TV Digital e na Transbrasília, aquela estrada de Samambaia. O governo tem a intenção de negociar com empresas privadas o estádio, o autódromo, o Ginásio Nilson Nelson. Aí eu fico me perguntando: se o governo não planejar essas coisas direito, se não fizer um processo transparente, ele poderá dar um tiro no pé e a nossa população mais humilde, a população mais carente desta cidade ficará completamente de fora desses espaços públicos, que são históricos em nossa cidade. Uma família humilde brasiliense já tem dificuldades em ir à Torre de TV, subir naquele elevador e ver a cidade, mesmo sendo pública a Torre de TV. Imaginem o que poderá acontecer quando o governo fizer uma parceria com uma empresa privada. O ingresso será totalmente inacessível. Não só lá, mas no Nilson Nelson, no estádio, enfim, em todos esses locais que o governo está propondo. Não sou contra as parcerias público-privadas, desde que elas não prejudiquem a nossa população, principalmente a população mais humilde e mais carente desta cidade.

Portanto, os primeiros gestos do governo no sentido de aumentar tarifas para arrecadar mais receitas estão fazendo o contrário: ele está diminuindo suas receitas. E o que me preocupa é, daqui a pouco, ele tirar totalmente o direito das nossas comunidades, principalmente as comunidades das cidades satélites, que são as mais carentes, de utilizar esses espaços. Fica aqui a minha preocupação.

Espero que nós Deputados – está aqui o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar – possamos dialogar melhor com o governo e que o governo explique melhor o que ele quer de fato, porque não adianta sair, nessa ânsia de arrecadar dinheiro, fazendo parcerias que vão prejudicar a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Ricardo Vale, eu gostaria apenas de manifestar que compartilho do mesmo entendimento de V.Exa. com relação ao que V.Exa. disse. Eu não sei se V.Exa. teve oportunidade de ver. Eu ainda não fui ao Jardim Zoológico depois desse aumento do ingresso, mas eu tive o privilégio de ler um artigo escrito pelo competentíssimo jornalista Renato Viela em que ele fala de um zoológico vazio aos domingos. Ele escreve muito bem e mostra claramente que até mesmo a diversão daquelas pessoas que são economicamente mais carentes está sendo obstada. Qual é o ganho que se tem com esse tipo de reajuste?

A mesma coisa eu quero dizer com relação ao restaurante comunitário. Esse restaurante comunitário não foi feito para dar lucro. Esse restaurante comunitário foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

feito dentro de um projeto que levou em conta o princípio da solidariedade, que a sociedade deve ter, para que pudesse realmente alimentar, no seu aspecto literal, as pessoas que necessitam. Então, um reajuste se torna, na verdade, inconveniente.

Estão inscritos o Deputado Lira e a Deputada Telma Rufino. Deputada Telma Rufino já fez uso da palavra. Não sei se gostaria de usar novamente. (Pausa.) Vamos votar, não é? O Deputado Lira, se desejar, tem a faculdade de falar. (Pausa.) Abre mão também.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de pedir que nós começássemos a votação do Projeto de Lei nº 1.750, de 2015, do Poder Executivo, devido ao horário.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Projeto de Lei nº 750?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sim, o do Comitê Olímpico.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O do Comitê Olímpico.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – É o de nº 750, se não me engano.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Item extrapauta, não é?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Isso. É porque tem que se fazer um relatório da CCJ e talvez percamos o *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 750, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no âmbito do Distrito Federal”.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que a votação desse item seja nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Solicitação acatada.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 142, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Nosso bloco está de acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista está de acordo. O Deputado Agaciel Maia também está de acordo. O Partido Rede Sustentabilidade também. O Deputado Chico Vigilante está de acordo também. O Deputado Rodrigo Delmasso também. O Deputado Prof. Israel também. A Deputada Sandra Faraj está de acordo. Então, há acordo.

Aprovados os pareceres favoráveis da CAS e CEOF. Foram apresentadas doze emendas na CCJ. A CAS e a CEOF deverão se manifestar sobre as emendas; e a CCJ, sobre o projeto e as emendas.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas.

Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter acesso a essas emendas de plenário, se possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Pois não. As emendas estão *on line*, mas o Deputado pode vê-las aqui.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um encaminhamento, para que V.Exa. decida em relação a todas as emendas. Eu gostaria que todas essas emendas ao projeto fossem lidas em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito. Então, a Deputada Luzia de Paula, ao apresentar o voto, fará a leitura de todas as emendas. Aliás, poderia fazer antes, por gentileza. Podemos também pedir ao secretário que a faça. Acho melhor para os nossos ouvidos que seja a Deputada Luzia de Paula, mas ela prefere o secretário.

Eu prefiro ouvir a sua voz, Deputada Luzia de Paula, mas o Plenário é soberano.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sem som, fica difícil de se expressar. Sugiro que o nosso secretário faça a leitura. A voz do nobre Deputado Bispo Renato Andrade é mais possante, além também do rito que devemos seguir nesta Casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço à V.Exa. que determine a distribuição da cópia das emendas que estão sendo apresentadas agora, porque não temos conhecimento delas. Eu quero vê-las.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Ok. Pergunto ao Plenário se há concordância em suspender a sessão por cinco minutos, para que dê tempo de distribuímos cópia das emendas a todos os Parlamentares. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, talvez pudéssemos passar ao próximo item, que é o Projeto nº 469.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Evitaríamos, então, a suspensão?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Há concordância de todo o Plenário? (Pausa.)

Passaremos ao próximo item. Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem, até porque vamos entrar em processo de votação e isso vai tomar algum tempo. Quero falar sobre essa população, essa comunidade que está aqui, que veio lá do Condomínio Bougainville.

Hoje houve uma ação da Agefis no Condomínio Bougainville, um condomínio que, se não me engano, tem sessenta casas. A Agefis esteve lá e demoliu, se não me engano também, quatro casas. Pedi a minha assessoria para verificar. É um condomínio antigo, e a Agefis não notificou ninguém de que estava em área irregular nem de que iriam fazer essa ação hoje.

Então, mais uma vez, a Agência de Fiscalização age de forma truculenta, sem diálogo, indo até lá, derrubando quatro casas e se comprometendo a voltar muito em breve, talvez amanhã, para continuar essa ação.

Precisamos pedir ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, e aos demais Deputados que possamos abrir um diálogo com a Agefis. Primeiro, para que ela pare aquela ação, para vermos qual é a realidade daquela área e como está a situação daquelas famílias. Mesmo que elas tenham de sair de lá, o Estado precisa dizer como vai ficar a situação. Não se pode chegar, demolir as casas e jogar as pessoas nas ruas. É preciso ter um pouco mais de calma. Fica aqui a minha solidariedade.

A minha assessoria esteve lá conversando com o síndico Elienai, e espero que a Agefis tenha um pouquinho mais de calma, para a gente abrir o debate e ver como pode ajudar a resolver essa situação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Fica aqui, como Deputado e como membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, a minha solidariedade a essas famílias. Quero dizer que o nosso gabinete e esta Casa estão à disposição para ajudar a intermediar uma solução para essas famílias junto ao governo.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. e aos demais Parlamentares que hoje à tarde estive lá no Condomínio Bougainville e pude constatar *in loco* a situação das famílias que moram na região. As quatro casas que foram demolidas eram de alvenaria. Já entrei em contato com a Codhab, com a Segeth e também com a própria Agefis, para ver toda a situação dos moradores que lá moram há mais de cinco anos. Uma coisa que não dá para entender, Srs. Deputados, é que, para as invasões novas que estão ocorrendo neste exato momento, no DF, não existe um trabalho de prevenção. A Agefis vai agir justamente em lugares já consolidados, como é o caso do Bougainville. Há gente que mora lá há mais de cinco, dez anos. É preciso que haja critérios nas remoções. E também não há a presença de uma assistente social, de alguém que possa ver a situação das famílias que foram tiradas de dentro de casa e ficaram ao relento. Tenho fotos aqui. Tirei fotos com o meu celular e constatei que os móveis desses moradores estão simplesmente jogados próximo aos entulhos. Isso é muito triste, é triste ver essa situação, de modo que não vou, como Parlamentar, concordar com esse tipo de coisa. Só quero entender quais são os critérios que a Agefis utiliza para demolir a casa das pessoas. A meu ver, ela deveria trabalhar de maneira preventiva, não deixando que o loteamento acontecesse. Mas, uma vez que deixou, que o governo inclusive colocou luz elétrica no setor – a CEB colocou todo o posteamento... No entanto, a própria Agefis foi lá e derrubou mais de cinco postes da CEB. É um prejuízo, um desperdício do dinheiro público. São coisas que não dá para entender. Como Parlamentar, estive lá a pedido dos moradores e realmente é lamentável o que aconteceu hoje no Bougainville, próximo ao Arapoanga. Que a Agefis possa agir de maneira preventiva e não deixar o condomínio se consolidar, para depois ter o prazer de demolir a casa das pessoas.

Deputado Bispo Renato Andrade, é muito triste ver a situação de quem realmente perdeu tudo, ficou ao relento. Isso não pode acontecer. Esta Casa tem que procurar saber qual é o papel da Agefis e tomar providências urgentes, para que isso não mais aconteça nem lá nem em lugar nenhum do DF.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero tratar de dois pontos. Eu gostaria de pedir que a votação do próximo projeto seja nominal e também quero me solidarizar com os moradores do Condomínio Bougainville.

Mais uma vez, a população do Distrito Federal, principalmente a população carente, sofre com a ação da Agência de Fiscalização do Distrito Federal. Acredito que o melhor caminho não é derrubar casas, mas regularizá-las e efetuar uma política pública de habitação séria. Se o Estado tivesse atendido essas pessoas, com uma política habitacional de interesse social, com certeza, não existiriam invasões no Distrito Federal.

Quero aqui não só prestar a minha solidariedade, mas dizer que repudio com veemência qualquer tipo de derrubada de casas, porque ali, na realidade, o lar é inviolável, e tenho certeza de que foi o sonho de cada um de vocês.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO JUAREZÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a AGEFIS — Agência de Fiscalização está derrubando casas lá no Condomínio Bougainville. Na região de Brazlândia, estão invadindo, de dois dias para cá, na Chapadinha, toda a área rural, e a Agefis já foi comunicada e nunca foi lá para prevenir. Eu acho que a Agefis tem que ir à região de Brazlândia, porque a invasão está muito grande, e eles não tomaram providências até hoje.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero fazer uma solicitação verbal aos representantes do Governo do Distrito Federal. Eu peço um minuto de atenção dos colegas que fazem o acompanhamento da assessoria do governo para saber se o governo entrou com a solicitação de remanejamento de eventuais sobras do Fundo Constitucional deste ano para que possam ser utilizadas para o Distrito Federal deixar de perdê-las, como tem ocorrido ao longo dos anos. Eu gostaria que o Governo do Distrito Federal nos desse a informação de quando foi feito e de quanto foi a solicitação.

É esse o meu pedido de informação, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria somente de dar uma boa notícia aos usuários do canabidiol no País, porque a Justiça Federal acabou de liberar essa substância e determinou que a ANVISA — Agência Nacional de Vigilância Sanitária a inclua na lista de medicamentos para serem prescritos. A 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal acaba de liberar o canabidiol e o THC - Tetraidrocarbinol como substâncias que podem ser prescritas pelos médicos em todo o País. Essa é uma vitória, principalmente aos pacientes com epilepsia, aos pacientes com doenças neurológicas e também aos pacientes com Alzheimer. Essa é uma grande vitória.

Repito que, nesta Casa, existe um projeto de lei que inclui na lista de medicamentos a serem fornecidos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal aos pacientes de baixa renda tanto o canabidiol quanto o THC.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência sugere aos Parlamentares que, até o projeto estar pronto para votarmos, iniciemos a votação dos projetos de Parlamentares. Há acordo para isso? O acordo era votarmos o projeto das Olimpíadas primeiro e depois os de Parlamentares. Enquanto encaminhamos o acordo, começaremos a votar os projetos de Parlamentares.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço que, se possível – e eu sei da problemática que representa –, que a Mesa forneça para nós cópia dos projetos que serão votados. E eu sei da dificuldade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Srs. Deputados, essa é uma dinâmica muito difícil, e todos os projetos hoje estão no *site*.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Estão no Legis?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Estão no Legis.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, eu não vou me comprometer porque é muito complicado.

Item nº 144:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 19, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “torna obrigatória a informação no boleto de pagamento do IPVA da alíquota adotada para cálculo e o valor atribuído ao veículo no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 146:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.560, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o evento denominado Carnaval Fora de Época”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 147:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 25, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 148:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 49, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “proíbe, no âmbito do Distrito Federal, inaugurações e entregas de obras públicas incompletas ou que, ainda que concluídas, não estejam em atendimento ao fim a que se destinam”.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há uma emenda, apresentada em primeiro turno, que inclui nesse projeto o § 1º, a pedido do governo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputada Telma Rufino, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sra. Presidente, designo o Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria incluir, entre os projetos, o Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, de minha autoria. Eu conversei com o Deputado Chico Leite, Relator da matéria na CCJ, que concordou em dar o parecer aqui em plenário. Portanto, eu gostaria que V.Exa. acatasse essa solicitação e incluísse o Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Agaciel Maia, eu solicito a V.Exa. que verifique se o projeto físico se encontra aqui na assessoria. Caso não se encontre, peço o encaminhamento do projeto, senão não há condições de votá-lo.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 49, de 2015.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários é pelo acolhimento da Emenda Aditiva nº 01, de Plenário, ao Projeto de Lei nº 49, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso.

É assim que nos manifestamos, Sra. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a emenda ao Projeto de Lei nº 49, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Solicito à Presidente da CCJ, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Bispo Renato Andrade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Emenda Aditiva nº 01, de 2015, de Plenário, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º do Projeto de Lei nº 49, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “proíbe, no âmbito do Distrito Federal, inaugurações e entregas de obras públicas incompletas ou que, ainda que concluídas, não estejam em atendimento ao fim a que se destinam”.

Fica a seguinte redação: “...disposto no *caput* das normas contidas no art. 73, da Lei nº 8.663, de 1993”.

Portanto, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação, pelo acatamento da Emenda Aditiva nº 01, de Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 49, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 145:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 254, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a revogação da Lei nº 4.546, de 02 de março de 2011”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Item nº 149:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.508, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de o Governo do Distrito Federal disponibilizar na rede mundial de computadores e no Diário Oficial a demanda reprimida da saúde”.

Em discussão. (Pausa.)

Deputado Cláudio Abrantes, quero parabenizar V.Exa. porque a disponibilização desses dados na internet vão dar a transparência necessária que o usuário da rede pública de saúde precisa para saber sobre a fila das cirurgias e de consultas. Então, parabenizo V.Exa. pelo projeto.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 151:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 95, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispõe sobre a inclusão do ensino



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

da música no componente curricular na educação básica das escolas públicas e privadas do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Consulto os Líderes para saber se há acordo para apreciarmos os requerimentos e moções em bloco, pelo processo nominal. (Pausa.)

Havendo acordo, passamos à apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 152:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 254, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Tenente Coronel Evaldo Vieira pelos relevantes serviços prestados à sociedade, através da Polícia Militar do Distrito Federal”.

Item nº 153:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.202, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, para discutir a iminente reestruturação da Subsecretaria de Estado de Educação do Distrito Federal”.

Item nº 154:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.203, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “requer a realização de audiência pública no dia 13 de novembro de 2015, às 19 horas, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para debater o lançamento do 1º Fórum em Defesa da Liberdade das Religiões de Matrizes Africanas, Afro-Brasileiras e Ameríndias (FDL)”.

Item nº 155:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.207, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, para discutir a iminente reestruturação da Subsecretaria de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Item nº 156:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.208, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública para debater sobre a valorização do cargo de monitor em Gestão Educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal no dia 1º de dezembro de 2015, às 10h, no plenário dessa casa”.

Item nº 157:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.122, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 576, 2015”.

Item nº 158:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 938, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “requer a retirada de tramitação e arquivamento do Projeto de Lei nº 52, de 2015”.

Item nº 159:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 873, de 2015, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “requer a retirada de tramitação da proposição que menciona”. (PL 821/12).

Item nº 160:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 468, de 2015, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “requer a retirada e o arquivamento da proposição que menciona”. (PL 32/15).

Item nº 161:

Discussão e votação, em turno único, da Mensagem nº 19, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.807, de 2014”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 255, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os policiais militares que especifica do 10º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados à sociedade do Distrito Federal, especialmente a de Ceilândia”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 256, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta apoio para criação da Coordenação de Localização de Desaparecidos, Ausentes, Minorias e Egressos, na estrutura da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social, e Grupo de Trabalho para regulamentação da Lei nº 5.537, de 2015”.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Leite.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Em discussão as moções e os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as matérias permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos e as moções estão aprovados com a presença de 21 Deputados.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 447, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 258, de 5 de maio de 1992, que 'determina a inclusão em edifícios e logradouros de uso público de medidas para assegurar o acesso, naquelas áreas, de pessoas portadoras de deficiências físicas e dá outras providências', à Lei nº 2.447, de 18 de novembro de 1999, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de vagas para o idoso nos estacionamentos públicos e privados no Distrito Federal', e à Lei nº 5.177, de 19 de setembro de 2013, que 'dispõe sobre a reserva de vagas para gestantes e mães com filho de até 2 anos de idade, em estacionamentos no Distrito Federal, na forma que especifica', para estabelecer sanções no caso de descumprimento das referidas leis".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.359, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "estabelece a política consumerista de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

prestação de serviço de abastecimento de água e esgoto no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 348, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.183, de 2012, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “estabelece regras sobre o descarte de medicamentos como medida de proteção ao meio ambiente e à saúde pública e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 332, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “institui a meia-entrada para os atletas e paratletas que menciona e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 27, de 2011, de autoria do Deputado Chico Leite, que “dispõe sobre a divulgação dos gastos com verba indenizatória na Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

(Pausa.)

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 243, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “cria o Programa de Incentivo ao Futebol Amador do Distrito Federal – BOLEIROS e dá outras providências”.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir para incluir como extrapauta uma moção de manifesto, apoio e solidariedade ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal no sentido de manter os profissionais médicos da Secretaria de Estado de Saúde na Fundação de Ensino e Pesquisa e Ciências da Saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito para inserir na ordem de votação de hoje a moção.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir para incluir como itens extrapauta os Projetos nº 300 e nº 134, de minha autoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Os projetos estão com tramitação concluída? Ok, Deputada.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu fiz uma solicitação no início para incluir extrapauta o Projeto de Lei nº 469, de 2015; a minha solicitação agora é para que , quando houver a apreciação, ela seja feita por votação nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, no início da sessão, nós iniciamos a discussão do primeiro item da pauta, que era o projeto das Olimpíadas. Eu pedi que fossem distribuídas as emendas. As emendas já foram todas lidas. Portanto, eu creio que nós já estamos em condições de votá-lo. Eu peço a V.Exa. que seja o próximo item da pauta. Os dois projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado. Pergunto ao Líder do Governo: nós já podemos entrar em votação? Sim?

DEPUTADO JULIO CESAR – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido do Deputado Chico Vigilante.

Nós vamos fazer a votação do projeto do Deputado Ricardo Vale porque o Deputado Bispo Renato Andrade já tinha lido, e o próximo item será o item das Olimpíadas.

Aprovados os pareceres favoráveis da CEOF e da CAS ao Projeto de Lei nº 243, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Só para retificar. Eu peço a Assessoria de Plenário para retificar a nominata dos Parlamentares que participaram desse projeto, na forma do substitutivo: Deputado Ricardo Vale, Deputado Wasny de Roure e Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

243, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "cria o Programa de Incentivo ao Futebol Amador do Distrito Federal – BOLEIROS e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação do referido projeto de lei, na forma do substitutivo da emenda da CAS, de autoria dos Deputados Ricardo Vale, Wasny de Roure e Julio Cesar.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 243, de 2015, na forma do substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, houve um projeto de minha autoria que nós indicamos e que foi retirado de pauta antes de ser colocado em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O que aconteceu, Deputado: havia uma proposta da Mesa Diretora, e nós até já operacionalizamos o projeto. Só que nós achávamos, inclusive por conta da grandeza do projeto e da grandeza do tema, que nós deveríamos unificar o projeto de V.Exa. com o projeto da Mesa Diretora, que era bem mais abrangente. Mas, se V.Exa. desejar e se os Parlamentares da Mesa concordarem com o gesto... Porque o gesto era da unificação. É porque o projeto da Mesa vem, inclusive, para regular e ele é mais abrangente que o projeto de V.Exa., que é pontual.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

DEPUTADO CHICO LEITE – Não. Eu não me oponho. Eu só gostaria, então, que esse projeto da Mesa...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Fosse votado hoje.

DEPUTADO CHICO LEITE – Não. Ele pode ser votado ainda este ano. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à assessoria da Presidência da Casa e da Mesa Diretora que unifique o projeto de resolução da Mesa Diretora já para a próxima votação. Eu me comprometo, na próxima votação, a trazer o projeto, Deputado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 750, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no âmbito do Distrito Federal”.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço que a votação deste projeto de lei seja de forma nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Aprovados pareceres favoráveis na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Foram apresentadas emendas. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas ao projeto.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais às emendas ao Projeto de Lei nº 750, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no âmbito do Distrito Federal”.

Como os nobres Parlamentares já conhecem todas as emendas, só irei ler os números e o autor. Emenda nº 1, aditiva, de autoria da Deputada Sandra Faraj; Emenda nº 2, modificativa, de autoria da Deputada Sandra Faraj; Emenda nº 3, aditiva, de autoria da Deputada Sandra Faraj; Emenda nº 4, aditiva, de autoria da Deputada Sandra Faraj; Emenda nº 5, aditiva, de autoria da Deputada Sandra Faraj; Emenda nº 6, modificativa, de autoria da Deputada Sandra Faraj; Emenda nº 7, modificativa, de autoria da Deputada Sandra Faraj; Emenda nº 8, supressiva, de autoria da Deputada Sandra Faraj; Emenda nº 9, modificativa, de autoria do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Deputado Bispo Renato Andrade; Emenda nº 10, modificativa, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade; Emenda nº 11, supressiva, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade; Emenda nº 12, supressiva, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade; Emenda nº 13, modificativa, de autoria do Bloco Democrático e Trabalhista; Emenda nº 14, aditiva, de autoria do Bloco Democrático e Trabalhista; Emenda nº 15, supressiva, de autoria do Bloco Democrático e Trabalhista.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos favoráveis. Estão acatadas as emendas e o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, designo o Deputado Julio Cesar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas ao projeto.

(Pausa.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que V.Exa. inclua como item extrapauta o Projeto de Lei nº 46, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A tramitação está concluída, Deputado Prof. Reginaldo Veras?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Só faltava um parecer, que já está feito em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O projeto está aqui, Deputado?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – O projeto está aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Acato a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas ao projeto.

(Pausa.)

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 257, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro e outros, que “manifesta solidariedade ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal no sentido de manter os profissionais médicos da Secretaria de Estado de Saúde na Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 21 Deputados.

(Pausa.)

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 469, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “suspende a exigibilidade dos créditos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre os serviços diretamente relacionados à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e dá outras providências”.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Peço que esse projeto de lei tenha votação nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parece que não houve acordo na comissão para a apresentação do parecer. Portanto, eu gostaria de aconselhar que, neste momento, a sessão fosse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

suspensa por cinco ou dez minutos para que se chegasse a um acordo e voltássemos ao plenário com algo concreto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, estamos votando os projetos de Parlamentares para adiantar. Enquanto isso, a confusão ali vai acontecendo. Vamos tentar chegar a um acordo. Eu peço calma aos Parlamentares e à Assessoria de Governo também para que cheguemos a um entendimento, respeitando o acordo de Líderes, respeitando o Deputado Bispo Renato Andrade também. Solicito o entendimento para que seja respeitada, talvez, até a legitimidade de os Parlamentares estarem em obstrução.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 469, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “suspende a exigibilidade dos créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre os serviços diretamente relacionados com a organização e a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e dá outras providências”.

Estando a matéria devidamente instruída, de acordo com o ordenamento jurídico, orçamentário, nos termos do art. 64, 2 “b”, sou de parecer favorável à aprovação do referido projeto, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a rigor, pelo que posso observar, nós não estamos discutindo o mérito. Só estamos discutindo, no terreno da Comissão de Constituição e Justiça, a admissibilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Esse projeto tem uma inter-relação com esse principal que nós estamos votando, porque dispõe exatamente sobre o ISS. O projeto é de iniciativa do Poder Executivo e vem pela forma legal, pela via conforme preceitua a Lei Orgânica do Distrito Federal. Desta maneira, o projeto é inteiramente admissível.

O debate quanto ao mérito do projeto deverá ser feito no plenário, após a suspensão que está em curso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 469, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

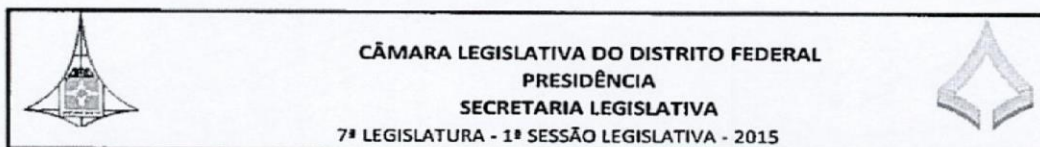
Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



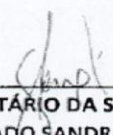
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	52



PROJETO DE LEI Nº 469/2015	DATA: 10/11/2015
AUTORIA: (X) PODER EXECUTIVO () DEPUTADO	
TURNO: 1ª (X) 2ª () RED. FINAL ()	

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR			1			
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				1		
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB				1		
10	LIRA	PHS				1		
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			17	0	1	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
17	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO SANDRA FARAJ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 6 ausências.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 469, de 2015, em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 46, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “dispõe sobre normas específicas de proteção à criança e ao adolescente, estabelecendo aos diretores da rede pública de ensino do Distrito Federal o dever de informarem aos pais ou responsáveis legais, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar o alto índice de faltas e a evasão escolar”.

Aprovado o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

Como o autor do projeto é o Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que designe relator para a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Designo a Deputada Luzia de Paula.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 46, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “dispõe sobre normas específicas de proteção à criança e ao adolescente, estabelecendo aos diretores da rede pública de ensino do Distrito Federal o dever de informarem aos pais ou responsáveis legais, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar o alto índice de faltas e a evasão escolar”.

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, somos pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Chico Leite.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 46, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “dispõe sobre normas específicas de proteção à criança e ao adolescente, estabelecendo aos diretores da rede pública de ensino do Distrito Federal o dever de informarem aos pais ou responsáveis legais, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar o alto índice de faltas e a evasão escolar”.

Sra. Presidente, o Projeto de Lei nº 46, de 2015, tem um mérito extremamente positivo. Eu tenho sinceras dúvidas acerca da possibilidade de o Parlamento impor esta regra ao Poder Executivo. O projeto é extremamente meritório, mas tenho sinceras dúvidas e, na dúvida, vou opinar no sentido de que nós o julgemos admissível e que façamos o debate em plenário. O projeto não impõe despesa ao Poder Executivo, não é daqueles em que se tenha de encontrar os valores, quer dizer, imposição de despesa sem apontar receita. Não é desses. A minha dúvida é sobre a imposição da obrigação. Mas, com esta dúvida, vou me manifestar pela admissibilidade, para que possamos discutir o mérito em plenário. Faremos o debate daqui a pouco.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 46, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 750, de 2015, de autoria do Poder Executivo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, segundo entendimento – eu gostaria, inclusive, de confirmar com o Deputado Robério Negreiros –, parece-me que ficou acertado que seriam retiradas as Emendas nº 14 e nº 15. Não é isso, Deputado Robério Negreiros?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sim. Inclusive, há uma emenda que tem uma subemenda com apenas uma correção.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Exatamente, Líder. Eu gostaria que fossem retiradas as Emendas nº 14 e nº 15.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – São de autoria de V.Exa., Deputado?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Do nosso bloco, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Para pedido de retirada, tem que ser de sua autoria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É de autoria do nosso bloco. Eu, como Líder do bloco, faço essa solicitação. Há acordo e há, inclusive, um pedido da Liderança do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 750, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no âmbito do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o parecer é no sentido de admitir e aprovar as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8 e 13. As Emendas nºs 6, 9, 10, 11, 12, 14 e 15 foram retiradas pelos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas acatadas na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 750, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no âmbito do Distrito Federal”.

Sra. Presidente, o parecer atende aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não havendo nenhum óbice à sua aprovação.

Assim, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 750, de 2015, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, e 13.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 750, de 2015.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho uma posição muito clara nas coisas que faço. Estou votando a favor desse projeto e até me empenhei por sua aprovação porque sempre digo que não faço na Oposição aquilo que não faço no governo. Quando erámos governo, na época do Governo Agnelo, e fomos aprovar aqui os projetos com as imposições da Copa do Mundo, da Fifa, as exigências eram as mesmas. Alguns Deputados e Deputadas aqui se posicionaram contra e, naquele tempo, eu dizia: ou se aceitam as imposições ou não vai haver jogo em Brasília.

Eu ouvi hoje, aqui, um Deputado chamar o estádio de elefante branco. Um Deputado da Base do governo. Na verdade, o estádio está é sendo mal-usado, porque, em uma estrutura como aquela, se o governo tiver pelo menos um neurônio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

funcionando, o complexo esportivo que abrange o estádio, o ginásio e o autódromo poderá ser uma mina de dinheiro para o Distrito Federal. É só saber administrar.

Nesse projeto, ainda há uma questão a mais. O Governo do Distrito Federal, por fraqueza e incompetência, abriu mão da Fórmula Indy. Posteriormente, alegando fraqueza e falta de dinheiro, abriu mão da *University*. E agora já ouço dizerem que estão abrindo mão do Fórum das Águas. Se nós não votássemos esses dois projetos no dia de hoje, o Estado do Ceará estaria prontinho para receber essa chave, doidinho para assinar o acordo. E o Distrito Federal já está com a terceira quebra de contrato internacional. No futuro, quando alguém tentar inscrever o Distrito Federal para participar de alguma competição internacional, isso poderá ser motivo de piada. Não vão aceitar nem a inscrição. E ainda vão dizer: por que vamos aceitar Brasília, se eles não honram nada que fazem?

É preciso que o governo tenha a clareza de que os contratos internacionais não são feitos pelo governo, mas pelo Estado Brasileiro. No caso do Distrito Federal, é feito pelo Estado.

Portanto, quando foi para virem as Olimpíadas para o Brasil – e agora está o Rio de Janeiro aplaudindo, na maior felicidade –, foi Brasília quem buscou essa chave. Ela sabia das exigências.

Tivemos a oportunidade de receber hoje, na reunião dos Líderes, a Leila do Vôlei e vimos a emoção dela naquele momento. O choro emocionado e sincero da Leila, dizendo: “Eu participei como atleta e quero participar agora como dirigente. E quero dizer da minha felicidade de poder receber esses jogos aqui em Brasília. Talvez a nossa geração não assista, no continente latinoamericano, a outras Olimpíadas, essas são únicas”. Sabe-se lá quando virão outras, não para o Brasil, mas para algum país da América Latina.

Portanto, é importante que fique claro para a imprensa que está aqui que a gente está votando nesse sentido. Não estou votando para ajudar o governo. Não me empenhei aqui para ajudar o governo, estou ajudando o Distrito Federal. Alguém pode dizer: “Ah, mas abriu-se mão aí de 2 milhões de imposto”. Ok. E o quanto vai ampliar a geração de emprego e a arrecadação de impostos do comércio e do serviço do Distrito Federal? Portanto, é investimento que é feito. O governo não pode ter medo de fazer investimento. É preciso que o governo, acima de tudo, tenha competência para fazer as coisas.

Para concluir, quero dizer, Leila, que a sua vinda aqui, pela maneira como a gente sente que você está falando com conhecimento de causa, você sabe do que está falando, virou muito voto hoje. Portanto, é muito importante isto: que fique pontuado aqui por que nós, eu e o Deputado Ricardo Vale, estamos votando a favor desse projeto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que a votação do Projeto de Lei nº 750 seja nominal. Quero lembrar ao Deputado Chico Vigilante que eu acho que o Governador Rodrigo Rollemberg deu continuidade, na realidade, ao cancelamento dos eventos. O primeiro evento internacional cancelado foi o do MotoGP, no Governo Agnelo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu ouvi as palavras do nobre Deputado Chico Vigilante quando S.Exa. falou da importância de termos aqui grandes eventos. Por ser Brasília a Capital do País, ela tem obrigação de, além de incentivar o turismo cívico, incentivar também o turismo esportivo. Isso vai beneficiar demais a nossa população, principalmente em relação à geração de empregos. Hoje o DF está em crise, mas não se fala, em momento algum, de investir, de conseguir um remédio, um antídoto contra a crise que não seja aumento de impostos. Vejo no turismo cívico, no turismo ecológico e também no turismo esportivo grandes oportunidades de o DF gerar emprego e renda e também de aumentar a sua arrecadação de impostos. Daí a importância desse projeto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

Nós vamos fazer uma retificação da CCJ em virtude de a Deputada Sandra Faraj ser autora e não poder relatar suas próprias emendas. Ela não fez uma relatoria como relatora da CCJ, mas sim como Deputada.

Esta Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria, retificando o parecer anterior.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas ao Projeto de Lei nº 750, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no âmbito do Distrito Federal”.

Sra. Presidente, eu apenas, pelos mesmos fundamentos, observo que o projeto é considerado admissível na forma das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8 e 13. As demais foram retiradas, Sra. Presidente. Isso demandou de um entendimento no Colégio de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CCJ.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 750, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

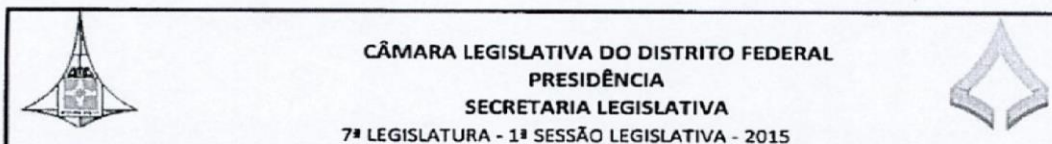
Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



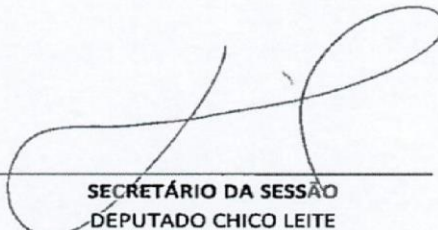
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	60



PROJETO DE LEI Nº 750/2015 DATA: 10/11/2015
AUTORIA: (X) PODER EXECUTIVO () DEPUTADO
TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					X
9	LILIANE RORIZ	PRTB				1		
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					X
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			21	0	0	3	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
21	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
3	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
21	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO CHICO LEITE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência Deputado Chico Leite.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Há dois pedidos de declaração de voto. A primeira declaração de voto é a do Deputado Julio Cesar.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar para declaração de voto.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Quero, neste momento, agradecer a todos os Deputados pelo gesto, pelo compromisso que V.Exas. têm com Brasília.

Realmente, V.Exas., no Colégio de Líderes, se colocaram à disposição para votarmos esse projeto. Quero ressaltar que, sem a ajuda dos Srs. Deputados, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Bispo Renato Andrade, do Deputado Wellington Luiz, da Deputada Luzia de Paula, do Deputado Lira, da Deputada Telma Rufino, do Deputado Rodrigo Delmasso, do Deputado Agaciel Maia, do Deputado Juarezão, do Deputado Cláudio Abrantes, do Deputado Robério Negreiros, do Deputado Prof. Reginaldo Veras, do Deputado Roosevelt Vilela, do Deputado Prof. Israel, da Deputada Sandra Faraj... Enfim, todos os Deputados foram muito importantes para que nós, realmente, no dia de hoje, às 19h39min, aprovássemos esse projeto.

Eu tenho certeza de que quem ganha com isso é Brasília. E novamente a Câmara Legislativa demonstra que realmente quer que Brasília entre na rota dos grandes eventos.

Quero parabenizar a Secretária de Esportes, Leila Barros, que desde ontem está nesta Casa empenhada na aprovação desse projeto. Acredito que ela esteja muito cansada, mas, como batalhadora do esporte, permaneceu firme. Com certeza isso será um grande ganho para Brasília. Já está confirmado que a abertura dos jogos de futebol nas Olimpíadas será aqui em Brasília, a Seleção Brasileira vai estar aqui. Tenho certeza de que a casa estará cheia.

Parabéns a todos os Deputados! Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Pois não, Deputado Julio.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para declaração de voto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero também parabenizar esta Casa, que deu um passo importante. Acabei de acessar o *site* oficial da Fifa, que, como disse o Deputado Julio Cesar, confirma o primeiro jogo de futebol das Olimpíadas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

aqui em Brasília. Ou seja, já é uma resposta a esta Casa pela aprovação dos dois projetos de lei.

Então, em 2016, a abertura dos jogos olímpicos, da modalidade futebol, será em Brasília.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para declaração de voto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Eu queria apenas fazer uma colocação muito importante, porque esta é uma Casa plural. Não ficou um projeto ideal porque ele chegou de maneira açodada. Espero que o governo, nos próximos eventos, envie os projetos a esta Casa com antecedência para que haja uma discussão proficiente, isso é muito importante. O projeto não ficou ideal, mas construímos, com o seu aperfeiçoamento por emendas, uma forma de não prejudicar o evento em Brasília.

Eu gostaria de parabenizar a Secretária Leila pela postura, pela defesa no Colégio de Líderes. Aqui, a gente não pode ser oito ou oitenta, a gente tem que ter um entendimento para que o Distrito Federal possa ganhar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj para declaração de voto.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Eu queria agradecer aos companheiros, aos Deputados, a paciência na construção das emendas a esse projeto. Agradeço o apoio dos Deputados, tanto da Situação quanto da Oposição, sempre muito solícitos, sempre construindo em favor de Brasília, o Deputado Wellington, o Deputado Raimundo, o Deputado Rafael, o Deputado Chico, enfim, agradecer a todos os Deputados que ajudaram na construção.

Eu queria reforçar a alegria de poder ter contribuído para a aprovação desse projeto. Na gestão passada, houve a Copa do Mundo e foi elaborada uma lei, um projeto similar. Tivemos alguns problemas na gestão passada, como a questão dos artesãos da Feira da Torre, que tiveram dificuldade de garantir o trabalho durante os jogos. Esse problema e a questão da transparência nas questões financeiras estamos sanando com as emendas.

Então, eu gostaria de agradecer aos Deputados, em especial ao Deputado Julio, Líder do Governo, que teve uma atuação brilhante na condução dos trabalhos e na articulação para a aprovação tanto do projeto, quanto das emendas. Eu queria aproveitar e agradecer a paciência do Executivo, da Secretária Leila, do Secretário Igor, de todos que estiveram aqui neste momento, em especial os meus amigos e irmãos Deputados que aqui nos ajudaram com a execução e a aprovação de todas as emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

Muito obrigada.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Eu só queria avisar que o primeiro jogo será em Brasília, dia 4 de agosto, às 13h.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 3, de 2015, de autoria do Deputado Chico Leite, que “insere o art. 351-A na Lei Orgânica do DF, dispondo sobre audiência pública em matéria de ordenamento”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que encerre a sessão e comece o segundo turno, porque é um pedido geral – meu, do Deputado Wellington Luiz, do Deputado Agaciel Maia, da Deputada Telma Rufino...

DEPUTADO CHICO LEITE – Espere aí um pouquinho... Pedido de quem?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – ...da Deputada Sandra Faraj, de todos os Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu não tive um projeto votado. Acho que nós estivemos até agora fazendo esse debate. Por que alguém seria preterido? Por quê? Há problema pessoal?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Pedido nosso aqui... Portanto, votamos o projeto de V.Exa., em seguida, encerramos e votamos em segundo turno as proposições.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Então, vamos fazer assim: vamos votar o projeto apresentado pelo Deputado Chico Leite, logo após encerramos a sessão e abrimos a sessão extraordinária para votarmos, em segundo turno, os projetos que foram apresentados.

Há acordo dos Líderes? Há acordo do Líder do Governo? Deputado Chico Vigilante, há acordo nessa proposta? Vamos encerrar com esse projeto. Encerramos a sessão, convocamos e abrimos a sessão extraordinária para votarmos em segundo turno. Deputado Wellington Luiz, há acordo?

Esta Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer da Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita o parecer da Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 3, de 2015, de autoria do Deputado Chico Leite, que “insere o art. nº 351-A na Lei Orgânica do Distrito Federal, dispondo sobre audiência pública e matéria de ordenamento”.

A PELO é altamente meritória, até pelo que a sociedade está vivenciando aqui com essas derrubadas, com a questão da orla, dos parques. Ela insere o art. nº 351-A na Lei Orgânica do Distrito Federal, dispondo sobre audiência pública em matéria de ordenamento territorial.

O meu voto é pela aprovação.

Já aproveito a oportunidade para parabenizar o autor da proposição, Deputado Chico Leite, que tem a minha total concordância.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 3, de 2015. (Pausa.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dar uma olhada nesta PELO.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu fiz uma solicitação agora há pouco, pedindo que fossem incluídos na pauta os Projetos de Lei nºs 300 e 134, de minha autoria, mas até agora, pelo que vi, não foram incluídos.

Eu quero, mais uma vez, pedir que sejam incluídos extrapauta os Projetos de Lei nºs 300 e 134.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – A informação da Assessoria de Plenário é que estão todos inclusos na extrapauta aguardando a votação, só que houve a solicitação do Deputado Chico Vigilante para que fosse encerrada a sessão, logo após a votação da proposta de emenda à Lei Orgânica.

Então, podemos seguir a questão... Então, vamos voltar.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, eu gostaria que ainda hoje fossem votados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a V.Exa., como ainda estão analisando a PELO, e como a PELO tem dez dias...

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – ...prazo de votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – ...V.Exa. encerre agora, votamos os projetos que já foram votados em primeiro turno, depois a gente vota.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que foi combinado aqui é que cada Deputado indicaria um número de projeto, e nenhum projeto meu foi votado. Eu gostaria que V.Exa. colocasse o meu projeto na Ordem do Dia, antes de votarmos os projetos de autoria do Poder Executivo, senão perdemos o *quorum*. O meu é o Projeto de Lei nº 544.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta proposta de emenda à Lei Orgânica é complexa, não passou nas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

comissões, portanto, não há um acordo. Eu não olhei, não estou confortável. Não há acordo para que ele seja votado dessa forma.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Passou. Evidentemente que passou, senão eu não estaria aqui. A PELO passa na CCJ e na Comissão Especial. É isso. Com certeza absoluta. A Comissão Especial... De fato, eu submeto, Sr. Presidente, à apreciação. Se não passou em comissão... Mas parece-me que só não havia passado pela Comissão Especial, que foi a manifestação do Deputado Robério Negreiros aqui em plenário. Então, encerraram-se as comissões. É apreciação em primeiro turno.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar que o meu projeto fosse votado em primeiro turno agora, antes de encerrar esta sessão e abrir a votação em segundo turno, mesmo porque ele já passou pelas comissões, ele está pronto. Não adianta a gente colocar projetos que não estão prontos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Acho que nós vamos, na realidade, ter que cumprir o acordo que foi feito no Colégio de Líderes. Os projetos que foram incluídos extrapauta, nós vamos terminar a votação deles em primeiro turno e incluí-los para votação em segundo turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho projetos prontos. Não estão na pauta e eu não estou pedindo para incluí-los. Hoje não é o único dia em que vamos votar projetos de Deputados. Na próxima terça-feira nós vamos votar de novo. Se quiserem votar na quarta e na quinta, nós vamos votar. O que eu estou pedindo para V.Exa., sob pena de todo o trabalho que a gente fez aqui ficar prejudicado, é que encerre a sessão ordinária agora e que a gente vote as matérias em segundo turno. Depois, continuamos a sessão.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também faço o mesmo apelo a V.Exa., que a gente possa votar em segundo turno enquanto a gente analisa a PELO, porque ainda não há um consenso. Precisamos analisá-la e, na sequência, votamos a matéria. Mas acho que a gente tem que votar em segundo turno. Esse é o meu pedido.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Julio Cesar, o questionamento da Deputada Sandra Faraj é que houve alguns projetos de Deputados que estavam acordados e não foram votados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Então, a gente vota os projetos em segundo turno e volta aos projetos dos Deputados. Ou a gente os vota na quinta-feira.

Na verdade, há um acordo nosso de dar continuidade à votação dos projetos de lei dos Deputados. O problema é que, como vários Deputados discutiram as matérias, a votação se prolongou. Mas há o acordo de se continuar votando os projetos de Deputados. Podemos votar na quarta, na quinta...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de igual modo, eu acho que a gente poderia votar no mesmo sentido que foi proposto pelo Líder, pelo Deputado Chico Vigilante. E que a proposta de emenda à Lei Orgânica seja votada em outra oportunidade, já que não houve tempo hábil para que a gente avaliasse esse projeto que eu entendo como complexo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu propus um, a respeito da divulgação da verba indenizatória. Esse projeto, a Mesa Diretora pediu que o retirássemos e o reuníssemos para que ele tramitasse em apenso com outra proposta da própria Mesa Diretora. Nós concordamos. Agora, com o segundo que nós propusemos, há esse pedido de exclusão da pauta de parte do Deputado Wellington Luiz. Eu não vou ser motivo aqui, em hipótese alguma, de emperramento, mas eu acho que precisa ficar registrado que um Parlamentar Líder de um bloco pediu a retirada da matéria para estudo. O ideal, até por elegância, seria marcar a data de devolução, para que eu tivesse algum projeto votado. Eu acho que seria um entendimento mais razoável.

Então, faço este apelo, que houvesse um período de estudo, que pode ser até o final desta sessão ou na próxima terça. Eu não tenho nenhum problema com relação a isso. Eu só acho que a gente podia fazer o compromisso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Chico Leite, eu queria fazer uma proposição a V.Exa.

Considerando que é uma proposta de emenda à Lei Orgânica e que precisa ser votada em segundo turno daqui a dez dias – e aí eu quero só consultar os Líderes quanto à proposta apresentada pelo Deputado Julio Cesar e pelo Deputado Chico Vigilante –, se houver algum consenso, no segundo turno a gente pode incluir esse projeto, havendo o consenso dos líderes.

Quero saber se V.Exa. concorda e quero consultar os Líderes. A proposta apresentada foi a seguinte: encerrarmos agora a sessão ordinária, convocarmos a sessão extraordinária para votação, em segundo turno, dos projetos aprovados em primeiro turno. Consulto os Líderes se há acordo.

Deputado Chico Vigilante, pela Liderança do PT. Há acordo? Qual a proposta?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Encerrar agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Wellington Luiz?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Encerrar agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Agaciel Maia, pela Liderança. Encerra agora ou continua a votação em primeiro turno dos projetos dos Deputados?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Acredito que, dado... Nós estamos desde ontem na luta por esse projeto das Olimpíadas. Eu acho que seria... Nós, inclusive, poderíamos fazer um acordo para votar projetos de Deputados amanhã, lá em Sobradinho II. Projeto de Deputado dá para votar, projetos polêmicos é que são complicados.

Então, nós poderíamos encerrar a sessão, sou de acordo também, e votarmos logo esse projeto, que foi o objetivo principal desta sessão de hoje, que é o projeto das Olimpíadas. E, encerrando essa discussão em segundo turno, se for viável e não ficar muito tarde, a gente continua fazendo essa discussão dos demais projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Ok. Pela Liderança do Bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade, o Deputado Prof. Israel não se encontra. Deputada Sandra Faraj?

A proposta foi apresentada pelo Deputado Julio Cesar e pelo Deputado Chico Vigilante. A gente encerra essa sessão agora e abre a votação em segundo turno dos projetos que foram aprovados em primeiro turno? A pergunta é se o bloco é favorável ou não a essa proposta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

DEPUTADA SANDRA FARAJ – O Deputado Prof. Israel chegou. O Senhor quer responder ou posso responder? Posso responder. Muito obrigada, Deputado Prof. Israel. Sou sua fã.

Acho que devido ao horário, ao avançado do horário, se a gente fizer o compromisso de votar os projetos dos Deputados amanhã, lá em Sobradinho, acho que poderíamos encerrar e abrir o segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Bispo Renato Andrade, pela Liderança da minoria, sim ou não?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Lira, pelo Bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO LIRA – Dá para repetir a pergunta?

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – A proposta foi encaminhada pelo Deputado Chico Vigilante e pelo Deputado Julio Cesar: encerramos a sessão ordinária e abrimos a extraordinária para votarmos os projetos que foram aprovados em primeiro turno.

DEPUTADO LIRA – De acordo. Aí vota em bloco, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Isso, em segundo turno.

Deputado Chico Leite, pela Liderança da Rede Sustentabilidade. A proposta encaminhada pelo Deputado Julio Cesar e Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO LEITE – Sem qualquer problema. Só peço a mesma compreensão.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Havendo consenso, convoco as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária com início imediato após a sessão ordinária para a discussão e votação dos seguintes itens: Projeto de Lei nº 750, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no âmbito do Distrito Federal”; Projeto de Lei nº 469, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “suspende a exigibilidade dos créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre os serviços diretamente relacionados à organização e à realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e Paraolímpicos de 2016 e dá outras providências”; demais projetos de Deputados.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h57min.)